

ISSN 1982-6532

S a b e r e s

Interdisciplinares



Revista do Instituto de Ensino Superior
Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ano VIII, n. XVI, jul-dez – 2015

Revista Saberes Interdisciplinares / Instituto de Ensino
Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.

– Ano VIII, n. 16 (2008)-

São João del-Rei, MG, 2015

Semestral

ISSN 1982-6532

Editor Sílvio Firmo do Nascimento

1. Multidisciplinar. 2. Instituto de Ensino
Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.
3. Sílvio Firmo do Nascimento

CDU 050

Catálogo: Mônica G. Palhares CRB6 - 1695

**IPTAN - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR
PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES**

DIRETOR PRESIDENTE

Dr. Nicolau de Carvalho Esteves

DIRETOR GERAL

Prof. Msc. Ricardo Assunção Viegas

DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza

DIRETORA DE GRADUAÇÃO

Prof^ª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

COORDENADORA DE PESQUISA

Prof^ª Dra. Carla Leila Oliveira Campos

COORDENADORA DE EXTENSÃO

Prof^ª Fernanda Joyce da Costa

COORDENADORA DE GRADUAÇÃO

Profa. Esp. Fabiola de Oliveira Alvarenga

Endereço:

Av. Leite de Castro, 1.101 – Bairro das Fábricas

São João del-Rei – MG – CEP: 36.301-182

Tel.: (32) 3379-2725 – Ramal 233 – E-mail: revista@iptan.edu.br

Periódico cadastrado nas seguintes bases de dados:



Sumários.org
SUMÁRIOS
DE REVISTAS BRASILEIRAS



Qualis B5 - Filosofia/Teologia
Qualis B5 - Letras/Linguística
Qualis B5 - Psicologia/Sociologia
Qualis C - Direito

Solicita-se permuta
We ask for exchange
Se pide canje

Linha editorial

A Revista Saberes Interdisciplinares abrange as grandes áreas do conhecimento humano, com o objetivo de divulgar e incentivar a produção científica, instituindo o debate acadêmico e promovendo a ótica multidisciplinar na análise de fatos e fenômenos da realidade.

Editor

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adelto Rodrigues Gonçalves (UNIP)

Prof. Dr. Adelmo José da Silva (UFSJ)

Prof. Dr. André Malina (UFRJ)

Prof^a Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)

Prof^a Dra. Cristiana Maria Machado Abranches Soveral Paszkiewicz (Universidade Nova – Portugal)

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil (IPTAN/FDCL)

Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos (UFPI)

Prof. Dr. Geraldo Dondici Vieira (CES-JF)

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)

Prof. Dr. José Manuel de Barros Dias (UFPR; ANQ – Portugal; UCP – Portugal; Universidade de Évora – Portugal)

Prof. Dr. José Maurício de Carvalho (IPTAN)

Prof. Dr. Manuel Jauara (UFSJ)

Prof^a Dra. Maria Aline Araújo de Oliveira Geoffroy (UNIPAC)

Prof^a Dra. Maria do Carmo Santos Neta (UFSJ)

Prof^a Dra. Maria Elisa Rodrigues Moreira (UNINCOR)

Prof^a Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima (IPTAN)

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho (UFSJ)

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento (IPTAN)

Prof. Msc. Kennedy Alemar da Silva (UNIPAC)

Prof^a Esp. Ana Cláudia Ribeiro Paiva (IPTAN)

Prof. Esp. Márcio Antônio Resende (IPTAN)

Revisão

Prof^a Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)

Prof^a Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima (IPTAN)

Prof^a Esp. Hellen Sueli Bergo (IPTAN)

Tradução e versão

Prof. Esp. Luciano Isaac (IPTAN)

Prof. Esp. Ronaldo de Freitas Moreira (EPCAR)

Sumário

Artigos

Diálogos entre fé e razão na evolução científica
Bruna Clézia Madeira Neri. 15

O corpo político: sexualidades e regularidades acerca
do prazer, dever, castigo e liberdade 39
David I. Nascimento

O embate entre os aspectos legais e éticos na
traqueotomia de emergência em situações cotidianas... 63
Adilson Luiz dos Santos
Renata César de Oliveira

Critérios jurídicos para a distinção entre dolo eventual
e culpa consciente nos crimes de homicídio praticado
em competição não autorizada de veículos automotores
("racha") 87
Gian Miller Brandão
Maurício Possa Lopes
Marina Andrade de Sousa

A Importância da verificação da pressão arterial na
consulta de enfermagem em crianças em corticoterapia:
uma abordagem conceitual 109
Livia Maly da Fonseca
Isabel Cristina Adão Schiavon
Isabella Cristina Moraes Campos
Ernani Coimbra de Oliveira

Resenha

Português Padrão X Português não padrão 137
Livia da Silva Paiva

Normas para publicação	149
-------------------------------------	------------



Editorial

S a b e r e s
Interdisciplinares

Editorial

A Comissão Editorial, a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Diretoria de Graduação e a Diretoria Geral do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, apresentamos ao público acadêmico o décimo sexto número da Revista Saberes Interdisciplinares. Eis os assuntos apresentados neste número:

1. *Diálogos entre fé e razão no processo da evolução científica* – estabelece alguns paralelos entre o conhecimento emergente durante a Revolução Científica e os impactos que essas descobertas causaram no contexto religioso da época, frisando especialmente as contribuições dadas por Galileu Galilei e a sua criação: o telescópio.

2. *O corpo político: sexualidades e regularidades* acerca do prazer, dever, castigo e liberdade – servindo-se de Foucault, levanta as questões “O que é o corpo?” e “Qual a relação existente entre o corpo, as regularidades discursivas e a construção política de identidades?” Diante dessas questões, os valores da sociedade passam a ser construídos e pautados pela busca moderna de classificação do espaço e daquilo que nele está situado. Essas questões requerem busca de respostas acerca da funcionalidade e da utilidade social e econômica dos corpos. Contrariamente a isso dá-se o discurso hegemônico assegurando a naturalidade das posições e relações de poder.

3. *O embate entre aspectos legais e éticos na traqueotomia de emergência em situações cotidianas* –

aborda um procedimento de emergência que busca a manutenção fisiológica das vias aéreas, permitindo a continuidade da oferta de oxigenação ao sistema respiratório, para que ocorra a troca gasosa: a traqueostomia. Para isso profissional da enfermagem precisa de conhecimentos anatômicos e fisiológicos gerais, levando em conta as questões éticas e legais impostas ao profissional.

4. *Sistema de gestão da qualidade em construção civil* – estuda o processo de implantação do sistema de gestão da qualidade, abordado na norma da ISO 9001 e PBQP-H nas empresas de construção civil e, por sua vez, a política de recursos humanos, que demonstra o diferencial dos empreendimentos de sucesso na forma de gerenciar a área de pessoal.

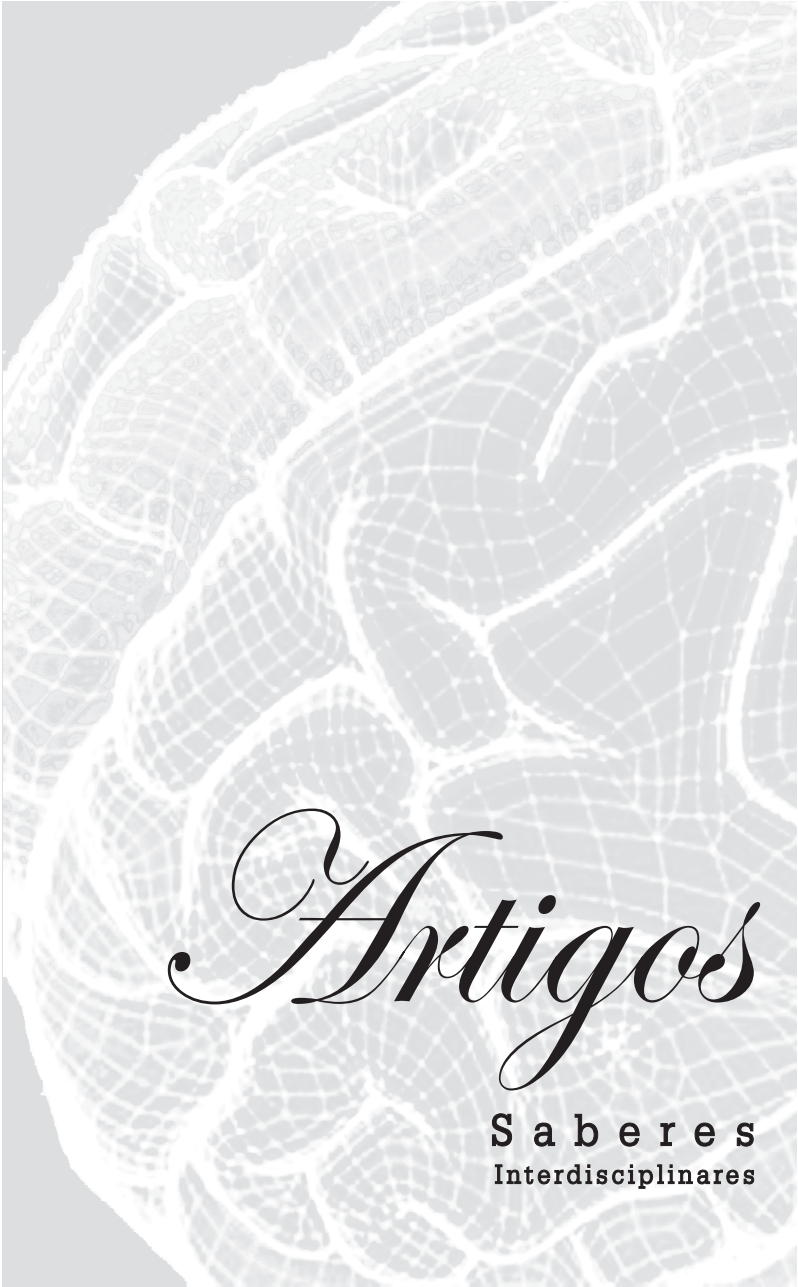
5. *Critérios jurídicos para a distinção entre dolo eventual e culpa consciente nos crimes de homicídio praticado em competição não autorizada de veículos automotores (“racha”)* – analisa os aspectos teóricos envolventes na imputação de dolo eventual ou culpa consciente em homicídios advindos da prática de “racha”.

6. *A Importância da verificação da pressão arterial na consulta de enfermagem em crianças em corticoterapia* – objetiva destacar a importância da verificação da pressão arterial em crianças em tratamento com corticóides, durante a realização da consulta de enfermagem pediátrica.

Em síntese, nosso periódico está nucleado na interdisciplinaridade, considerada essencial no pensamento científico contemporâneo.

Enfim, expressamos com imensa satisfação nossa gratidão aos colaboradores deste periódico, notadamente neste número: conselho editorial, articulistas, pareceristas, revisores linguísticos, tradutor de resumos, diretores, coordenadores, consultores, entre outros.

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento
Editor



Artigos

S a b e r e s
Interdisciplinares

Diálogos entre fé e razão no processo da evolução científica

Bruna Clézia Madeira Neri – UFRGS

Mestranda em Psicologia Social e Institucional – UFRGS

Email: brunaclezia@hotmail.com

Fone: (88) 9 9248-6598

Data de recepção: 14/08/2015

Data de aprovação: 03/11/2015

Resumo: O presente artigo visa estabelecer alguns paralelos entre o conhecimento emergente durante a Revolução Científica e os impactos que essas descobertas causaram no contexto religioso da época, frisando especialmente as contribuições dadas por Galileu Galilei e a sua criação: o telescópio. O mundo sagrado e fechado que até então era visto como imutável foi destituído de seu poder, o céu agora se transforma em um objeto de estudo, perdendo seu cunho religioso. Entretanto, não se pode destituir facilmente um dogma instituído por tanto tempo. Os achados desta nascente ciência instrumentalizada tiveram repercussões nas tradições e posturas religiosas da época, as quais reverberam até os dias atuais. Neste artigo, será proposta uma análise dos possíveis diálogos realizados durante tal período de emergência de um novo saber, suas limitações e avanços, bem como o posicionamento da Igreja Católica frente à instauração de um novo paradigma para a explicação dos fenômenos do Universo.

Palavras-chave: Ciência – Religião – Galileu Galilei – Telescópio

Introdução

A chamada Revolução Científica levou a humanidade a descobertas espantosas e estendeu consideravelmente os conhecimentos que possuímos hoje sobre áreas como a Física, a Fisiologia e a Astronomia, entre outros grandes saberes. Isso só foi possível de ser alcançado ao se colocarem em suspensão fatos que haviam dado lastro à Filosofia anterior, conduzida pela Igreja Católica. Para tanto, as evidências que defendiam a bruxaria, a possessão demoníaca e a existência do diabo foram desconsideradas com as superstições que antes as confirmavam (FEYERABEND, 2011). O divórcio entre a ciência e a fé foi tão definitivo que a astronomia passou a ser desígnio do campo científico em sua total dimensão e deixou a astrologia no campo da superstição, divisão que persiste até os dias atuais. Feyrabend (2011), em seu livro *Contra o Método*, destaca que por trás da crença quimérica da filosofia antiga na influência fisiológica das estrelas havia uma forte – ainda que confusa – aceitação da verdade de que os fatos da vida eram, de alguma maneira dependentes do Sistema Solar.

Galileu representou um grande precursor dessa ruptura ao trazer a razão como guia para explicar as experiências sensíveis. O ápice da cisão entre os polos de discussão acerca dos domínios das verdades sobre o Universo aconteceu quando o telescópio se tornou o grande instrumental de análise da ciência nascente. Criado oficialmente por Galileu Galilei, ele representou um sentido superior e mais eficaz que ofereceu

evidências novas e mais confiáveis para a avaliação de questões astronômicas.

No livro *Siderus Nuncius* (GALILEI, 2010), uma publicação que contém suas primeiras observações telescópicas e também a primeira contribuição importante para a sua fama, Galileu escreve que “(...) teve êxito na construção do telescópio tendo em vista de um profundo estudo da teoria da refração” e salienta “(...) o número de benefícios que se podem esperar que o instrumento proporcione, quando usado em terra ou mar”. Com o surgimento de tal instrumento, o percurso da História da humanidade sofre modificações incalculáveis para aquela época, mas decisivas para compreendermos porque os debates atuais sobre questões que envolvem fé e razão são tão acalorados e intermináveis.

Neste trabalho, pretendo discorrer sobre alguns recortes dessa trama e fazer breves análises sobre a importância da criação do telescópio para a humanidade, frisando especialmente algumas sugestões apresentadas por Galileu acerca do funcionamento do universo. Tais opiniões atingiram o coração da vaidade e do ego humanos, mudando o curso da História durante os séculos seguintes.

1. A fé como limite da razão: a Europa medieval pré-revolução científica

A Europa resguarda consigo uma grande trama de acontecimentos responsáveis por alavancar fatos que culminaram

na Revolução Científica. Estamos diante de um conjunto de contingências nas quais o desenrolar de determinados processos sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais deu vazão a mudanças que transformaram uma era e suas consequências reverberam até os dias atuais. Não se pode ver a Idade Média como um todo homogêneo, uma vez que nela coexistiram diferentes organizações sociais. Considerando, no entanto, a amplitude das civilizações e a diversidade de suas características quanto ao modo de produção, limitar-se-á ao estudo da produção do conhecimento durante a transição do período medieval para a Idade Moderna.

A Igreja Católica se destaca com seu papel fundamental de interlocutora no processo de desenvolvimento da sociedade feudal, demarcando autoridade e soberania sobre as demais instâncias de poder. Ela passou a representar, frente à decadência do Império Romano, um refúgio, que oferecia segurança e proteção. A salvação era buscada cada vez mais por adeptos que doavam terras e pagavam tributos para alcançá-la.

Com isso, a Igreja Católica deixou de desempenhar um papel meramente filantrópico e passou a exercer influência na produção, veiculação e manutenção das ideias e da estrutura social vigente na sociedade feudal. Além de forte poder econômico, ela detinha o monopólio do saber, em função do domínio das habilidades de leitura e de escrita, restritas praticamente ao clero, e o controle do sistema educacional formal, que era exclusivamente de sua alçada. Dentro desse âmbito, o

saber se constrói tendo como referência as bases doutrinárias que dão suporte aos argumentos teológicos. Para Domingues (1991, p. 26):

[...] o problema do homem na Idade Média não se dá nos quadros de uma filosofia de tipo secular, mas de tipo religioso, nos quais as fronteiras com a teologia são um tanto incertas. De um lado, o objeto não é mais o mesmo: uma criatura que pertence a Deus e não a si mesma. De outro não é a mesma forma de reflexão [...].

Tais imbricações acabam por limitar o progresso do conhecimento, uma vez que as explicações para os fenômenos da natureza estavam todas enraizadas num contexto religioso, consolidadas por discursos tidos como verdades incontestáveis e imutáveis. Controlando a veiculação e a produção do conhecimento, a Igreja uniu o saber greco-romano aos dogmas cristãos, buscando dar assim uma fundamentação sólida às doutrinas do cristianismo. Toda a vida intelectual ficou subordinada à Igreja: a teologia, a filosofia e a ciência traziam – umas mais, outras menos –, explicitamente, a marca da religião. Em relação aos conhecimentos produzidos, o domínio se faz sentir à medida que esses não poderiam, em hipótese alguma, contradizer as ideias religiosas, mesmo porque o próprio clero estava envolvido na elaboração e veiculação dos conhecimentos da época.

Todas as descrições do que ocorria na natureza estavam impregnadas de valores defendidos pela Igreja: da noção de

um mundo criado por Deus, de forma hierárquica e organizada, às noções místicas e especulativas. Outra característica da produção de conhecimento referia-se aos procedimentos metodológicos utilizados. Diferentemente do que ocorrerá mais à frente, os fatos, a observação e a experimentação não eram critérios de aceitação ou rejeição das explicações. O maior peso era dado à autoridade que tinha, como representação filosófica máxima, o pensamento de Aristóteles já cristianizado e a Bíblia.

Nesse contexto, pode-se entender porque a produção do conhecimento científico teve, posteriormente, um caráter mais prático do que explicativo. Isso pode ser exemplificado pela Medicina, cuja descrição de doenças e a identificação de remédios obtiveram resultados mais satisfatórios no que diz respeito à terapêutica: o que antes era explicado através de argumentos da ordem do sobrenatural, a partir da Idade Moderna, será analisado por um viés factual e experimental. Outro exemplo é da Química: na tentativa de transformar metais em ouro, através da alquimia, foram aperfeiçoados métodos de reações químicas, bem como elaborados instrumentos e procedimentos de destilação.

A interferência da Igreja fez-se sentir também nas preocupações que predominavam na época: considerando que ela constituía uma força do ponto de vista político-econômico, bem como de veiculação de ideias, não é de se estranhar que a inquietação dominante tenha sido basicamente a de discutir a

vida espiritual do homem e seu destino, assim como a de justificar as doutrinas do cristianismo. Outro traço característico do pensamento medieval é a visão hierárquica e estática do universo, concepção que deveria permear a formulação de princípios políticos, éticos e morais predominantes no feudalismo da Europa Ocidental. Numa sociedade rigidamente estruturada, em que a Igreja se encontra no topo da escala hierárquica, não é de surpreender que as cosmovisões acerca do universo ordenado e imóvel, ideias advindas dos gregos, passassem a prevalecer, pois guardam relação com a própria estrutura da sociedade feudal.

Dentro desse recorte histórico, a passagem do feudalismo para o capitalismo emerge como um processo não restrito à economia. As Grandes Navegações, por exemplo, estabelecem um marco importante nessa empreitada, pois, a partir delas, o novo mundo é visto como um lugar no qual é necessário haver transformações, buscando a adequação ao ideal de uma sociedade baseada no modelo capitalista europeu (essa sociedade também será vista como uma condição necessária para a consolidação do capitalismo), funcionando como uma mina de riquezas a serem exploradas. A ciência nascente também mantém vínculos com o sistema econômico capitalista bem como influencia e é influenciada¹ pelas novas descobertas, como nos mostra Marcondes (2008, p. 148):

1. A ciência exerce significativa influência nas Grandes Navegações através da instrumentalização, que possibilitou melhorias nos equipamentos de navegação.

À falsidade da geografia antiga acrescenta-se o desenvolvimento da natureza (no Novo Mundo). [...] Junte-se ainda o descrédito e a falta de confiabilidade da ciência antiga e tem-se a constatação da necessidade de produção de um novo conhecimento, uma nova ciência natural sobre o novo mundo.

Tendo como base todos os critérios analisados, será feita uma explanação a respeito de algumas transformações no paradigma de explicação do universo, que até então prevalecia dentro dessa sociedade feudal, e também de que maneira tais mudanças refletiram na formação de um novo modo de pensar e olhar para o mundo, bem como as resistências que surgiram diante dessa concepção que pretendia entender e explicar as coisas a partir das “sensatas experiências”.

2. A visão do universo através do telescópio e a derrocada do mundo fechado: o período de Revolução Científica

Um ponto crucial no momento em que se instaura a Revolução Científica é a construção de uma nova ferramenta desenvolvida por Galileu Galilei para o vislumbre e estudo do espaço: a luneta. Entender e poder verificar o universo com os próprios olhos causou à humanidade uma reviravolta sem precedentes. Para Najmanovich (2003, p.41),

[...] é difícil entender como a transformação de uma concepção astronômica pode comover tão profundamente uma sociedade. Não obstante, nossa percepção começa a mudar quando nos damos conta de que a astronomia não era meramente uma descrição técnica dos

astros e seus deslocamentos, senão que constituía o núcleo da cosmologia medieval.

A definição do significado de ‘espaço’ concebido no período medieval nos coloca a par de relações que se constituem entre os homens, dando contornos religiosos a todo tipo de explicação que envolvesse o universo. Há o céu, há o inferno, há os homens e há Deus. Daí a compreensão de que uma transformação nesse conceito de “espaço” implicou a modificação de todas as relações que organizavam e regiam a experiência do mundo e davam sentido a ela.

O legado de saberes da época era completamente voltado para a teoria pura e Galileu transforma esse paradigma com a implantação de uma técnica, dando suporte a suas explicações. O nascimento e a fundação da ciência moderna vêm acompanhados de um crescimento exponencial da instrumentação devido às empreitadas do sábio florentino, responsável por construir uma luneta que possuía um aumento de nove vezes. O mesmo nos traz aqui uma descrição sobre sua criação:

[...] este artefato consta ou de um vidro só ou de mais de um. De um só não pode ser, porque a figura ou é convexa, isto é, mais grossa no meio do que nos extremos, ou é côncava [...] a côncava os diminui (objetos visíveis), e a convexa os aumenta bem, mas mostra-os bastante indistintos e turvos, portanto, um vidro só não basta para produzir o efeito. Passando então a dois, e sabendo que o vidro de superfícies paralelas não altera nada, como se disse, conclui que o efeito não podia sequer ser obtido com o acoplamento deste com algum dos ou-

tros dois. Por isso limitei-me a querer experimentar aquele que fizesse a composição dos outros dois, isto é, do convexo e do côncavo, e vi como esta me dava o que queria: e tal foi o progresso da minha descoberta, na qual de nenhuma ajuda foi concebida opinião da verdade da conclusão (GALILEU *apud* ROVIGHI, 2006, p. 38).

Pode-se afirmar que a Revolução Científica tem seu marco inicial com a teoria copernicana, mas seu ápice reside nas descobertas galileanas, pois, a partir delas, a ciência moderna passa a fixar seu olhar na questão do método, que, por um lado exige imaginação e criatividade de hipóteses e, por outro lado, o controle público dessas imaginações. A instrumentação surge como um meio de nos garantir com mais certeza e segurança a veracidade de uma teoria, pois agora temos a oportunidade de testá-la, tirando-nos a venda ilusória dos sentidos², que mais enganam do que ajudam. Não adiantava mais saber *porque*, era também necessário saber como.

A ciência passa a ter uma nova imagem, transpondo para todos aqueles que buscam conhecer a verdade diversos meios autônomos, públicos, controláveis e progressivos para alcançá-la. As universidades deixaram de ser os únicos lugares onde se produzia cultura e o saber passa a ser construído também

2. Entretanto, tais sentidos serão um suporte para se entender o método adotado por Galileu, uma vez que ele explica seu método através da junção de ‘sensatas experiências’ e as ‘necessárias demonstrações’. Essas experiências deveriam ser vivenciadas através dos sentidos, mas só teriam a devida validade caso passassem pelas demonstrações através do experimento.

em oficinas. As artes mecânicas, que outrora eram vistas como indignas, agora ganham o devido respaldo, pois a experiência do cientista nascente é o experimento. Reale e Antiseri (1990, p. 195) argumentam que:

A Revolução Científica é precisamente aquele processo histórico que decorre na ciência experimental, vale dizer, uma nova forma de saber reunindo teoria e prática, por um lado levando as teorias ao contato com a realidade e as torna controláveis [...] e por outro, leva para dentro do saber e do conhecimento muitos achados das ‘artes mecânicas’ e artesanais, conferindo a estas um novo status epistemológico, antes até do que social.

Olhar através da luneta, que logo viraria telescópio, sintetizou os anseios não só de Galileu, mas de muitos pensadores da época, que já não se contentavam mais com as explicações prontas. Entretanto, não foi simples transpor o projeto de uma ciência laicizada para o contexto da época. A concepção dos primeiros cientistas vincula-se diretamente a certas especulações de ordem universal, inevitavelmente. Todos acreditavam que as relações de perfeição constituíam a ordem imutável criada por Deus, pois a concepção de natureza também era imutável e esta, por ser um produto da criação divina, era perfeita. Não precisava ser modificada ou explicada, pois era parte integrante dos mistérios. Nesse sentido, havia em cada pessoa uma dimensão impessoal e divina (uma alma, a imagem de Deus no homem) em que se podia contemplar a ordem imutável própria das conjunturas espaciais e temporais da natureza. Domingues

(1991, p. 27), tratando do conhecimento que o homem tem de si, esclarece que o ponto de vista da época é:

[...] enquadrado na doutrina da criação, a partir de então esse princípio [‘conhece-te a ti mesmo’] não é mais considerado como algo de valor puramente teórico ou especulativo, porém como um preceito religioso que exige de quem o pratica uma outra atitude: sim, o homem deve conhecer-se a si mesmo; todavia, ao fim e ao cabo, ele se descobre, não como um ser que em sua autonomia se basta a si mesmo, mas estando à mercê do bom Deus e a depender de sua graça.

Assim, desde Kepler, o pensamento científico sempre encontrava seu “élan” nas visões cósmicas de cunho religioso. Tais visões recuavam incessantemente os limites do conhecido, pois, para o argumento teológico, há sempre uma limitação do conhecimento racional e é essa a base do mistério no qual se apoia a Igreja. Domingues (1991, p. 27) novamente nos explica que:

[...] o homem foi criado à imagem de Deus, e no estado original, quando saiu das mãos de Deus, era a réplica de seu modelo. Mas desde a queda de Adão tudo ruiu. Desde então, o poder original da razão se encontra completamente obscurecido. E, abandonada a si mesma e às suas próprias faculdades, não pode percorrer o caminho de volta. Ela não pode retornar a si mesma e por seus próprios esforços reencontrar sua pura essência primeira se tal reforma é possível, ela não o é senão por intermédio de uma ajuda sobrenatural, o poder da graça divina.

A ciência só começa após essa diferenciação fundamental entre o “como” da física e o “porquê” da metafísica. O que emergia na época como ciência não estava inteiramente de acordo com os princípios científicos tais como os entendemos hoje. Kepler não está completamente ligado ao aspecto dogmático e religioso, embora o defenda. Como físico e representante de toda ciência exata, ele exigia rigor nas suas explicações. Entretanto, a teoria que Galileu defende também não está absolutamente consolidada em fundamentos científicos, há lacunas de que ele não consegue dar conta. As falhas de Galileu só serão explicadas posteriormente, por outros que darão continuidade aos seus estudos e descobertas, mas essas perguntas não respondidas acabaram sendo as responsáveis pela incredibilidade do sábio frente aos tribunais da Igreja.

Galileu precisava de uma explicação para a paralaxe estelar. Essa seria a prova observável que lhe exigiam para dar credibilidade física à hipótese copernicana. Koyré (2010) nos explica que a paralaxe estelar é um fenômeno implicado que um objeto, nesse caso uma estrela, deve ser visto em diferentes posições, desde diferentes pontos de observação. Ou seja, se a Terra se move ao redor do Sol e não o contrário, como defende Kepler, o posicionamento estelar deve mostrar um deslocamento que esteja de acordo com esse movimento. Entretanto, a olho nu não se observa nenhuma paralaxe, tanto é que as constelações conhecidas por nós estão sempre no mesmo lugar e servem até mesmo como bússola para orientação, como é o caso do Cruzeiro do Sul.

O argumento da paralaxe que Kepler apresenta em sua réplica às ideias de Galileu de fato é bastante lógico. A exigência desse tipo de “prova” é algo perfeitamente coerente com todo o estilo de pensamento aristotélico herdado pelo escolasticismo e pela ciência moderna. O sistema astronômico ptolomaico era adotado porque coincidia melhor com a experiência observacional. Kepler tem bons argumentos para supor que a proposta de Copérnico, defendida por Galileu, não faz sentido. Koyrè (2010, p. 57) expõe tal fato, mostrando as premissas assumidas por Kepler:

[...] A ciência da astronomia, como tal postula seu caráter empírico, tem de lidar com dados observáveis, ou seja, com as aparências celestes, ou seja, ela tem de adaptar suas hipóteses a essas aparências e não tem nenhum direito de transcendê-las, postulando a existência de coisas que são ou incompatíveis com elas, ou pior ainda, de coisas que não aparecem e nem podem ‘aparecer’. Ora, essas aparências — e não devemos nos esquecer de que Kepler escrevia em 1606, isto é, antes da ampliação dos dados observáveis pela descoberta e pelo uso do telescópio — são os aspectos do mundo que nós vemos. A astronomia, portanto, está estreitamente relacionada com a visão, ou seja, com a ótica. Não pode admitir coisas que contradigam as leis da ótica.

Ao publicar o *Siderus Nuncius*, Galileu dá a sua posição oficial sobre a tese que decidiu defender. Nesse livro, como esclarecem Reale e Antiseri (1990), ele abraça a ideia de que a Lua não é formada por uma superfície lisa e polida e esse

resultado acaba por destruir a distinção feita entre corpos terrestres e corpos celestes, a qual servia como um verdadeiro pilar de sustentação dentro da teoria aristotélico-ptolomaica. O florentino também acredita que a galáxia é um amontoado de incontáveis estrelas e as estrelas chamadas “nebulosas” são amontoados de pequenas estrelas. No *Siderus Nuncius*, Galileu também publica as descobertas dos satélites Júpiter, oferecendo um modelo reduzido do sistema copernicano por ele defendido:

Resumindo: montanhas na Lua, novos ‘planetas’ no céu, novas estrelas fixas em número tremendo, coisas que nenhum olho humano havia jamais visto e que nenhuma mente humana havia concebido anteriormente. E não só isso: além desses fatos novos, estarrecedores e inteiramente inesperados e imprevisíveis, havia ainda a descrição de uma invenção assombrosa, a do *perspicillum*, um instrumento — o primeiro instrumento científico — que havia tornado todas essas descobertas possíveis e possibilitado a Galileu transcender a limitação imposta pela natureza — ou por Deus — aos sentidos e aos conhecimentos humanos (KOYRÉ, 2010, p. 81).

O sábio florentino ousou além do que poderia, deu suas grandes contribuições para a humanidade, mas o preço que isso lhe custou foi mais alto que ele imaginava. As análises biográficas nos mostram que, ao escrever o livro *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo*, Galileu carimba nas páginas da história da humanidade a sua postura frente aos homens e ao Universo. Não somos o centro de nada, nunca

seremos. Entretanto, ele é condenado e obrigado a abjurar, recebendo prisão perpétua e pena de confinamento em casa até o dia de sua morte.

3. A filosofia galilena e os dogmas da fé: um confronto inevitável

E em 24 de fevereiro de 1616 a teoria copernicana foi condenada. A tese de que o ‘Sol é o centro do mundo e totalmente imóvel de movimento local’ foi declarada ‘estúpida e absurda em filosofia e formalmente herética’. A tese de que a Terra não é o centro do mundo imóvel, mas que se move *secundum se totam etiam motu diurna*, foi declarada absurda e estúpida em filosofia e *ad minus in fide* errônea. [...] no processo de 1633 apresentou-se a Galileu um documento que teria sido assinado por ele em 26 de fevereiro de 1616, contendo uma ordem formal de abandonar a teoria heliocêntrica e de não sustentá-la de modo algum, isto é, nem sequer como questão a ser discutida (ROVIGHI, 2006, p. 44-45).

A citação acima mostra claramente o que aconteceu após as descobertas e desdobramentos da Revolução Científica. Galileu não estava indo apenas contra um sistema cosmológico, mas sim contra o poder eclesiástico de seu tempo. Era inadmissível defender uma teoria que expusesse um “erro” nas Sagradas Escrituras, que simplesmente estabelecesse princípios hermenêuticos para a leitura do livro sagrado, utilizando-se de meras visões através de algumas vidrarias. A hipótese copernicana contrastava enormemente com as passagens bíblicas,

que eram sempre referidas e interpretadas ao pé da letra, causando, assim, grande descontentamento por parte daqueles que não estavam dispostos a aceitar alteração alguma no sistema de pensamento já consolidado, cuja explicação para o mundo só poderia ser dada dentro de um templo, e em nenhum outro lugar além deste.

O modelo copernicano, que Galileu sustentava e para o qual ele proveu evidências comprovadoras, colocava o Sol no centro do Universo e descrevia a Terra como apenas mais um dos muitos planetas que orbitam em torno dele. O dogma cristão defendia que a Terra era o centro de todas as coisas, uma alegação antiga proposta mais significativamente por Aristóteles (WHITE, 2009, p.13). Adotar Copérnico e rejeitar Aristóteles requeria uma aceitação de que a Terra não era o centro do Universo, de que os humanos não eram centrais à existência, de que o Universo podia não ter sido criado por Deus meramente para gozo da humanidade.

Segundo Rovighi (2006, p. 43), “(...) a fé de Galileu era sincera, mas era uma fé vivida, sem exigências de aprofundamentos teológicos”. Ele não se opõe aos dogmas religiosos, mas defende que cada saber deve se preocupar apenas com o que lhe apetece, não precisando abarcar tentativas de explicações que não conseguem dar. Para o próprio Galileu:

Parece-me que, nas disputas sobre problemas naturais, não se deveria começar pela autoridade de passagens das Escrituras, mas sim pelas sensatas experiências e pelas demonstrações necessárias: pois, procedendo a Escritura

Sagrada e a natureza igualmente do Verbo Divino, aquela como ditada pelo Espírito Santo e está como observantíssima executora das ordens de Deus (GALILEI *apud* REALE, 1990, p. 263).

Galileu defende a autonomia da ciência, acredita que suas verdades são estabelecidas como sensatas experiências e demonstrações específicas, e não com base na autoridade da Escritura. Para ele, nem todos os intérpretes das Escrituras são infalíveis, porém, quando se fala sobre o que é necessário para a nossa salvação, a Escritura não pode ser desmentida, pois ela é o único meio para que o homem alcance esse caminho. Percebemos que não só Galileu, mas numerosos cientistas da época eram crentes, e até mesmo cristãos fervorosos. Para entender essa postura³, vale ressaltar o que Espinoza identifica como ‘asilo de ignorância’, termo citado e comentado por Japiassu (2005, p. 119):

Os teólogos de seu tempo (de Espinoza) opunham aos que se esforçavam por explicar os fenômenos por suas causas, uma interpretação finalista atribuindo perpetuamente a Deus a vontade que essa causa tenha ocorrido para que se produzisse determinado efeito. [...] A Vontade de Deus se identifica com um ‘asilo de ignorância’. Nesse asilo, o homem se refugia quando a ciência se cala ou é reduzida ao silêncio. O que Espinoza denuncia é certa utilização de Deus voltada contra o livre exercício da razão.

3. A Revolução Científica instaura a separação entre ciência e fé, mas esta separação não implicará uma negação da referida fé.

O que Japiassu critica, usando as palavras de Espinoza, é a tentativa de explicar as coisas invocando uma “vontade divina”, como queriam aqueles que impediram Galileu de defender o sistema copernicano. Dar esse tipo de explicação, era admitir a doutrina afirmando a ação ou a intervenção das causas finais no conjunto do universo. O cientista vai tentar explicar como um fenômeno pode ser determinado. O teólogo lhe pede que explique a causa do acontecido ou, então, que responda por que o fenômeno foi assim determinado. Como o conhecimento nunca é absoluto, sempre há um momento em que a explicação precisa admitir sua impotência. O teólogo se embrenha nessa confissão de ignorância e “canta vitória”, passando a defender a seguinte verdade: a vontade de Deus é a única resposta possível.

Condenar Galileu à reclusão e Giordano Bruno à fogueira não poderia ter maiores repercussões, pois eles simbolizaram adversários poderosos da estrutura da Igreja medieval, à medida que aliaram a dúvida ao método experimental. A dúvida seria o questionamento contínuo, como atitude diante da vida; já a verificação empírica é vista como modo de seleção das concepções que merecem sobreviver.

Mais tarde, vendo na religião uma barreira de toda atividade científica, muitos intelectuais formularam uma concepção radical da ciência, exigindo, paradoxalmente, uma liberdade quase absoluta e uma adesão praticamente religiosa. É possível supor que tal concepção jamais haveria se cristalizado

caso a Igreja católica não tivesse cometido o desastroso erro⁴ de tomar para si o partido dos adversários históricos de Galileu e da liberdade do pensamento científico. Adotada essa posição, seguiu-se um período relativamente longo em que procurou justificar seu erro, aderindo a ele de modo ainda mais rígido.

Finalmente, em 1890, a Igreja termina por assumir uma atitude próxima da de Galileu (em sua carta a Cristina de Lorena⁵), e somente no pontificado de São João Paulo II (1998, p. 84) reconhece em sua Encíclica *Fides et Ratio*: “O sábio florentino forneceu as bases de caráter epistemológico indispensáveis a quem pretende reconciliar as Santas Escrituras e a ciência”.

Considerações finais

Este artigo teve como pretensão elencar pontos de discussão acerca das relações entre as descobertas da Revolução Científica e as implicações que causaram na história da Igre-

4. Tal erro, entretanto, justifica-se, pois ela agiu de acordo com sua forma doutrinária. Paradoxo seria ela ficar do lado da ciência. Contudo, a questão é mais valorativa. Seria muito pretensioso dispormos de critérios objetivos sobre o que é bom e mau, justo e injusto. Infelizmente, tais critérios não existem. A ciência (bem como a religião) produz o melhor e o pior, os antibióticos e as armas nucleares.

5. Nessa carta que Galileu envia à Grã-Duquesa de Toscana, o sábio tenta expor a possibilidade de haverem compatibilidades entre a teoria copernicana e os textos bíblicos, defendendo que os erros partiam dos intérpretes da Escritura, que não entenderiam adequadamente o que a Bíblia dizia ou dos estudiosos da Natureza, que davam rigor exagerado a ideias que não passavam de hipóteses.

ja Católica. Para esse exposto, frisamos especificamente uma das maiores contribuições de Galileu Galilei para a ciência e a humanidade: a invenção do telescópio. Com o advento dessa ferramenta, tudo o que era até o presente momento considerado sagrado ruiu e perdeu poder. A Igreja Católica, através do clero dominante, na época em que a Revolução ocorreu, viu-se obrigada a rever os próprios dogmas apregoados pelo cristianismo nascente, atravessando, assim, um nebuloso processo de reconstituição ideológica.

Com essa transformação, a ciência adquire para si uma nova imagem capaz de apresentar a todo aquele que ensaja encontrar a verdade uma variedade enorme de instrumentais públicos, controláveis e progressivos para alcançá-la. Tal reviravolta atinge diretamente as estruturas educacionais, transpondo a tarefa de construir novos saberes para dentro das oficinas, destituindo do clero e das universidades a patente de detentores do conhecimento.

Tais mudanças interferem de forma profunda e irreversível no percurso da história da humanidade, instaurando uma nova era de descobertas que viria a desvelar uma série de acontecimentos e destituir das mãos do clero a posse de detentor da verdade, colocando todos os dogmas instituídos em xeque e adotando novos métodos de investigação e análise dos fenômenos do universo. O “mundo fechado” ganha uma lente de aumento através do desenvolvimento científico, que dá a todos os homens a nova possibilidade de contemplar o universo infinito que lhes rodeia.

Referências

- DOMINGUES, I. *O Grau Zero do Conhecimento. O Problema da Fundamentação das Ciências Humanas*. 1 Ed. São Paulo: Loyola, 1991.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Trad.: Cezar Augusto Mortari. 2 Ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- GALILEI, G. *Carta a Cristina de Lorena Y otros Textos sobre Ciencia Y Religión*. 2 Ed. Moisés González, Madrid: Alianza, 1984.
- GALILEU, G. *Siderus Nuncius: O Mensageiro das Estrelas*. Trad.: Estudo e Notas por Henrique Leitão. 3 Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- JAPIASSU, H. *Ciência e Destino Humano*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Roma: Vaticana, 1998.
- KOYRÉ, A. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia dos Pré-Socráticos à Wittgenstein*. 13 Ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NAJMANOVICH, Denise. O Feitiço do Método. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método; métodos; Contramétodo*, p. 25-62. São Paulo: Cortez, 2003.
- REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia: Do Humanismo a Kant*. Vol. II, São Paulo: Paulus, 1990.

ROVIGHI, S V. *História da Filosofia Moderna*. 4 Ed, São Paulo: Loyola, 2006.

WHITE, Michael. *Galileu Anticristo: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Dialogues between Faith and Reason in the Process of Scientific Evolution

Abstract: This paper attempts to draw parallels between the emerging knowledge during Scientific Revolution and the impact these findings had on the religious context at that time by emphasizing Galileo Galilei, his contribution and creation: the telescope. The sacred, closed world that was hitherto seen as unchanged was dismissed from its authority. Heaven is now regarded as an object of study. It loses its religious nature. However, one cannot easily break with a set of firm beliefs that have been imposed for a long period of time. Findings of this nascent, instrumentalized science had influence over religious traditions and attitudes at that time that reverberate to the present day. This article aims at analyzing the dialogues that have been established during the period of emergence of that new knowledge, its limitations and advances as well as the positioning of the Catholic Church due to the establishment of a new paradigm in order to explain the phenomena of the universe.

Key-words: Science – Religion – Galileo Galilei – Telescope

O corpo político: sexualidades e regularidades acerca do prazer, dever, castigo e liberdade

David I. Nascimento – UFSJ

Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura – UFSJ

E-mail: datanisgrego@yahoo.com.br

Fone: (32)98843-8512; (32)3355-2889

Data de recepção: 9/05/2013

Data de aprovação: 27/06/2013

“Como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”.
(FOUCAULT, 2009, *A Ordem do Discurso*)

Resumo: O que é o corpo? Qual a relação existente entre o corpo, as regularidades discursivas e a construção política de identidades? Diante dessas questões, parte dos valores da sociedade passa a ser construída e pautada pela busca moderna de classificação do espaço e daquilo que nele está situado. Essas questões requerem busca de respostas acerca da funcionalidade e da utilidade social e econômica dos corpos. Contrariamente a isso, a análise e a crítica dos discursos hegemônicos que asseguram a naturalidade de certas posições e relações de poder surgem de modo a corroborar a posição que demonstra a contingência do estabelecido. Desse modo, este trabalho tem como objetivo elaborar discussões acerca do corpo mediante as contribuições de Foucault acerca do corpo, da sexualidade e do discurso.

Palavras-chave: Corpo – Discurso – Sexualidade – Liberdade

Introdução

As possibilidades de escolhas sexuais que temos, ou, aparentemente temos, apresentam-nos a problemática que pode ser discutida pelo modo de classificar, organizar, proibir e permitir o sexo, tendo como pauta questões de obrigação, direito e liberdade. Essa discussão apresenta a necessidade de ser refletida por estar referida à política que se forma no cuidado do corpo e suas possibilidades: ela rege da vestimenta ao nu, do gênero ao prazer etc.

Aparentemente, algumas das visões de mundo que temos e fazem parte de nossas crenças colocam-nos em ligação com as representações socialmente construídas e tomadas, em algum momento, como se fossem naturais e respondessem aos nossos desejos, de modo que viver sem elas seria impossível. Recentemente, por exemplo, algumas das manifestações em prol do reconhecimento da liberdade que a mulher tem (ou deveria ter) nos apresentaram outras importantes discussões. A “Marcha das Vadias”, a saber, veio, a bem ou mal, trazer interrogações em torno dos “limites” para com o feminino. Algumas manifestantes traziam cartazes com dizeres como por exemplo: “Não sou puta, não sou santa. Sou livre”; “Isso não é sobre sexo. Isso é sobre violência”, entre outros.

Poderíamos iniciar essas pontuações em uma amplitude maior, tratando do “papel” do homem e da mulher na sociedade contemporânea. Mais que isso, poderíamos iniciar com um questionamento básico: o papel da mulher, ou do homem, é realmente esse a que estamos acostumados? Existe realmente

um papel específico, essencial e, por isso, imutável ou teleológico para homens e mulheres? Com esses questionamentos, a preocupação torna-se mais especificamente sobre a política imposta para o corpo, a sexualidade e as formas de obtenção de prazer, em suma, sobre a liberdade e a negação das escolhas. De outro modo, quando dizemos sobre o papel do homem e da mulher na sociedade, logicamente, colocamo-nos em um recorte cultural que vê a diferença entre esses gêneros. Nesse caso, devemos buscar caracterizar mais a problemática sobre o corpo humano do que sobre os corpos femininos e masculinos.

1. Corpo e tradição

A relação com o corpo excede o domínio do particular. Tal relação, já que os sujeitos estão inseridos em contextos socioculturais, transita em direção ao público e tem suas individuações a partir do contato com os outros. Antes de ser “espaço” que possibilita a experiência do prazer, o corpo desempenha a função de identificar e posicionar os seres no mundo: primeiro pela sexualidade, aparentemente, a ser desempenhada quando meninos e meninas são divididos em representações que respondem aos estereótipos e os ligam a algumas ações futuras para as quais deverão ser preparados durante a infância para exercer quando adultos (bonecas que acostumam meninas à maternidade de forma a garantir a reprodução; carrinhos como uma representação do trabalho e da independência dos meninos, garantia do sustento; quartos pintados de rosa ou azul com decorações de princesas ou de esportistas etc.).

Além desse aspecto cultural, poderíamos tratar da função do corpo ou para aquilo que ele “serve”. Responde essa questão acerca da funcionalidade poderia, por sua vez, inferir outras possibilidades de leitura: (I) que se supõe uma utilidade (II) e, em caso de uma resposta afirmativa, que estamos inseridos em relações de poder que impõem ao corpo uma atuação específica, economicamente determinada. Nesse caso, devemos pressupor a existência de um controle político que começa por ser exercido sobre o corpo biológico e não apenas biológico (mas bio-político), já que “(...) o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Mais do que uma relação consigo, o corpo remete a um posicionamento cultural, em que é mostrada a relação que certas culturas imprimem aos corpos e como podem apresentar identificações sobre ele: na psicanálise, e especificamente na cultura ocidental, o medo ou a inveja da fala; na cultura judaica, o *B'nai Mitzvá*; as diversas formas de mutilação¹ do clitóris que ocorrem em algumas aldeias africanas; o julgamento feito pelos mulçumanos acerca do corpo feminino que, por seduzir e levar ao pecado, necessita ser coberto; em algumas tribos

1. As formas são diversificadas e representam a remoção parcial ou total do clitóris, abscisão; dos pequenos ou grandes lábios, labiotomia; a costura da vagina deixando um pequeno canal para que a mulher realize suas necessidades fisiológicas, infibulação. Além disso, poderia ser discutida a utilização do termo mutilação ou de outros, como remoção, que poderia sugerir uma “suavização” dessas práticas.

indígenas, e mesmo na concepção ocidental, o corpo feminino, marcado pela menarca, indicando que aquela “mulher” já poderia ser dada em união; na Grécia antiga, quando as marcas do corpo adolescente permitiam que os garotos pudessem ser cotejados e iniciados pelos homens mais velhos ou que as mulheres, menstruadas, deveriam correr sobre os campos em um ritual que buscava fartura na colheita. Diante desses movimentos culturais, surgem relações a serem adotadas para consigo e com os outros partícipes dessa cultura como uma forma de vigia, que visa a não distanciar de seu foco e não permitir que uma invasão modifique bruscamente tal cultura.

Por todas essas e outras relações culturais nas quais os corpos estão inseridos podemos pensar o prazer possibilitado pelo corpo como prazer imbricado (e, de algumas formas, necessário de ser impedido – em certas culturas). Por esse motivo, atentamos para a atuação de autoridades que, historicamente, elaboram toda a relação possível de ser mantida, como se dissessem: “Isso é o prazer. Até tal prática, e em certas condições, está o prazer. Aquilo que excede esta prática, em suas condições enunciadas, não é permitido e deve ser caçado, julgado e condenado”.

É pelas autoridades que se constituem em espaços históricos determinados e que remontam para reverberações nascentes dos discursos (cf. FOUCAULT, 1970, p. 49) e de suas regras, a relação com o corpo, seja pelo toque que o desnuda e o encobre, seja pelos limites entre o prazer e a invasão, faz

saber da existência de políticas que regulamentam as possibilidades aceitáveis ou condenáveis dentro de certas doutrinas: sob a égide do certo ou errado, da moral, nossas ações passam a ser controladas e classificadas diante do que a sociedade diz ser correto e aceitável, mesmo que os espaços de atuação sejam diversificados e valorizem ações diversas. O corpo na arte não é o mesmo corpo em uma penitenciária; o corpo em uma competição atlética não é o mesmo em um gueto. Nesse sentido, devemos entender a noção de corpo e de prazer. Para alguns não é a mesma para outros e estamos longe de termos um discurso unitário e regular sobre a sexualidade (cf. FOUCAULT, 1970, p. 67).

Antes de responder pela recusa ou aceitação do prazer, o corpo torna-se uma “condição” que identifica (e, por isso, separa os seres), pune e torna-se punido pelo rigor moral então instaurado. Quanto à “perversão” do prazer, quanto a revolta e a identificação dos gêneros, podemos notar que, mais do que responder pela liberdade ou aprisionamento, o corpo remonta ao poder de uns sobre os outros e à desqualificação daqueles que ousam romper com o que é formulado e instaurado por certas instituições e seus partícipes. A exemplo disso, diz Guiddens (1993, p. 16):

Sempre houve uma minoria de mulheres para as quais foi possível a variedade sexual, e também uma certa proporção de igualdade. Mas, em sua maioria, as mulheres têm sido divididas entre as virtuosas e as perdidas, e as “mulheres perdidas” só existem à margem da

sociedade respeitável (...). Os homens, no entanto, têm sido tradicionalmente considerados – e não apenas por si próprios – como tendo necessidade de variedade sexual e para a sua saúde física.

Alguns problemas ligados ao gênero, como, por exemplo, o aborto, por vezes são tomados como questão de foro íntimo. Surgem outras formas de indagar tais ações diante de complexidades morais e religiosas. A relação íntima com o corpo feminino ou masculino (também feminilizado ou masculinizado) passa a ser compreendida na base relacional do corpo inserido em uma determinada tradição: em geral, religiosa com moral definida, monoteísta, paternalista, com representação eurocêntrica etc. Em suma, o que deveria ser íntimo revela-se público (pelos olhares e atitudes alheias que condenam, que remontam uma posição hegemônica e pelos discursos que regulamentam as práticas sexuais/reprodutivas). O corpo feminino, por exemplo, torna-se instrumento para a obtenção do prazer masculino e concretização de projetos religiosos que impõem a ambos os corpos o dever de se submeter ao reducionismo da procriação: nascer, crescer, colocar-se ao matrimônio, procriar e morrer. Talvez, a diferença maior entre o masculino e o feminino, nesse caso, entende-se na estruturação da família e do cuidado tomado desde o nascimento do menino ou da menina. Os ditames daquilo que pode e deve ser feito se intensificam no casamento, quando o homem toma a mulher para ser o provedor dela e da mulher que se torna aquela que zelará pela administração da casa.

Conforme pode ser percebida na citação feita de Guidens (1993), passamos a observar a existência de certos dualismos que, no momento em que se instauram, fazem reconhecer relações nas quais sujeitos se sobrepõem a outros. No caso citado, temos a presença de uma sexualidade “superior” a outra. É devido observar essa relação, mais do que uma forma de distribuir os seres no espaço e tempo (entre homens e mulheres numa dada época e lugar), donde, a saber, a existência de relações de poder instauradas, nesse caso, em uma classificação sexual definida. Existe, por certo, uma coerência interna nessas relações e nos enunciados que regem. Por outro lado, essa coerência, levada a discussões externas pelas análises do poder, poderá indicar a arbitrariedade e violência dos discursos que se instauram na busca pela classificação e manifestação de verdade: pois “(...) o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais etc.” (FOCAULT, 1979, p. 259). O corpo está, por isso, tomado pela ideia que se faz de sua “necessidade”: acima disso, da necessidade que ele seja administrado. Depois disso, para satisfazer tal ideia, surgem as proibições e regulamentações que tomam os corpos e suas sexualidades, classificando-os segundo critérios de verdade.

Podemos não nos surpreender quando em nossas análises nos deparamos com uma série de classificações e definições sobre nossas opções sexuais e o modo como devemos

desempenhá-las. Movidas pela economia, tais classificações e definições têm como objetivo, por isso, o próprio corpo: a sexualidade torna-se aceitável ou condenável por aquilo que é capaz, em possibilidade, ao produzir outros corpos (saudáveis e dóceis). A homoafetividade, nessas circunstâncias, poderia passar a ser julgada menos pelo relacionamento sexual constituído do que pela produção possibilitada, não por uma problemática verdadeiramente moral, mas econômica. Afinal, espera-se que a reprodução necessite de um “macho” e uma “fêmea”.

Mesmo que a reprodução necessite de um macho e de uma fêmea, mesmo que essa proposição assuma superioridade religiosa, talvez inscrita rigorosamente em textos religiosos, devemos pensar: a procriação não é a mesma entre os sexos? Não se trata, por isso, de levar o corpo de forma que possa responder pelas pulsões sexuais. Pelo contrário, o corpo responde às “pulsões” morais inseridas no corpo enquanto corpos doutrinados. A moralidade, aqui, deve ser questionada pelo seu acontecimento: numa sociedade eurocêntrica, ariana, cristã, heterossexual e homofóbica, machista, individualista. Por isso, exclui as possibilidades de pensar o prazer que não seja apresentado e aceito em contextos pré-determinados, filtrando o prazer então buscado pelos corpos.

Quanto ao sexo, o corpo é analisado, desde a antiguidade, elencando problemas e “respostas” sobre o exercício desse corpo com o sexo. O cuidado com o corpo passa a “necessi-

tar” de um trabalho na alma. Nessa leitura e análise feita pelos gregos antigos, os cuidados têm focos diferentes: moralidade, natureza dos corpos, pelo que é passageiro etc. Essas leituras parecem apontar ainda para a possibilidade de análises econômicas, evitando o desperdício de energia, tratando do sexo com receitas a serem seguidas para se obter uma *descendência proveitosa* (cf. FOUCAULT, 1985, p. 149 e 128).

Desse modo, em sua análise, Foucault (1985, p.136) diz que:

O regime proposto para os prazeres sexuais parece estar centrado inteiramente sobre o corpo: seu estado, seus equilíbrios, suas afecções, as disposições gerais ou passageiras em que se encontra aparecem como as variáveis principais que devem determinar as condutas. De certa forma, é o corpo que faz a lei para o corpo. Contudo, a alma tem o seu papel a desempenhar e os médicos fazem intervir: pois é ela que se arrisca a levar o corpo além de sua mecânica própria e de suas necessidades elementares.

Toda a gama de dietas para com o corpo passa a modificar a atuação dele em suas relações: alimentação, repouso, trabalho, sexo etc. Tais dietas visam controlar o corpo e posicioná-lo frente às variadas situações em espaços e tempos diferentes, como um método econômico que visa o resguardo ou o dispêndio de energia. Quer dizer, ainda que a atuação seja sobre o corpo, ela decorre da manifestação do poder nos discursos em cerimônias, em um ritual político (cf. FOUCAULT, 2010, p. 46.). Um exemplo disso pode ser observado no modo

como se dava o julgamento dos “criminosos” na França, de 1670 até a Revolução, quando se introduzia rituais para a prática condenatória do corpo. Contudo, passa a ser a alma do criminoso, além do crime, que será julgada (cf. FOUCAULT, 2010, p. 23). Assim:

O verdadeiro suplício tem por função fazer brilhar a verdade; e nisso ele continua, até sob os olhos do público, o trabalho do suplício do interrogatório. Ele opõe à condenação a assinatura daquele que sofre. Um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do suplicado (FOUCAULT, 2010, p. 45).

O suplício, por isso, surge como ritual punitivo e, ao mesmo tempo, pedagógico: atesta a existência de tradições de uma moralidade que não deve ser rompida com os gestos, da honra e respeito que se têm ao governante. A exposição do suplício apresenta a possibilidade do conhecimento de uma verdade acerca do crime, daquilo que não se pode fazer dentro da sociedade. Assim, recolhe e apresenta essa verdade para o coletivo com um discurso inscrito nos corpos e, quando isso é atestado, só vem de modo a confirmar a existência de regularidades que não devem ser rompidas. Mesmo com as mudanças punitivas, pode ainda ser observada essa busca da verdade sobre os corpos, prática instituída, também, com o *panoptismo*².

2. Não é objetivo, nesse artigo, fazer o desenvolvimento, apenas citamos, a observação do corpo e sujeitos em diferentes ações e situações.

2. Sexualidade e Regularidades

Diferentemente do que poderíamos pensar, o todo biológico que constitui o corpo passa, também, por uma severa revisão das leis e é vigiado por algo que, talvez, possamos tomar como uma política das condutas. O corpo, inserido em certo contexto, está exposto às observações e demandas sobre ele. A “verdade” é que surge sobre ele deve ser tomada como verdade histórica e geograficamente localizada, por isso perene. Com o advento do cristianismo e instauração de seus preceitos (o que passa a ocorrer com os concílios) aos poucos, o corpo é compreendido junto daquilo que esta doutrina prescreve como certo e errado: pelo exercício daquilo que era imposto e do que era negado, o corpo se torna policiado e exercitado sobre algumas regras constantes. Um exemplo disso, o ato sexual é tomado como necessário para a reprodução sendo, de outro modo, associado ao pecado e ao mal; a delimitação do prazer faz surgir o empenho com a monogamia e passa-se a desqualificar as relações entre indivíduos do mesmo sexo (cf. FOCAULT, 1984, p. 21), valorizada a autogovernança dos desejos. Um indivíduo que rompe com seus desejos, principalmente com o mesmo sexo, controla-os (quando poderia se deixar levar por eles) e acaba por se tornar um exemplo a ser seguido ou a ser bem falado.

Diferenciado do que seria a imagem do “homossexual ou do invertido”, surge o modelo do herói virtuoso, “(...) capaz de se desviar do prazer, como uma tentação na qual ele sabe não cair” (FOCAULT, 1984, p. 28). Em suma, o que é observa-

do nesse herói remete ao que ele consegue abster de suas vontades: é uma prática que se inicia na alma (aqui tomada pelos desejos que então devem ser negados/combaticidos) e que vai em direção ao corpo (já que o corpo é o espaço de concretização dos desejos). Esse modelo virtuoso surge no autogoverno que o herói consegue realizar. Por um lado, se ele é herói ao conseguir se governar, por outro, é, também, alguém que não se realiza, por ter em si algo que é latente: deve ser julgado mais pelos atos que têm e, principalmente, pela negação de suas vontades, que consegue manter escondidas em si. Não é suficiente negar as ações de seu corpo. A noção de pecado passa a remeter ao que é próprio da consciência: imaginação e desejo. Fica evidente que a vigia sobre o sexo deve exceder o corporal: há a vigia do sexo, a repressão sexual das crianças e o ataque à imoralidade das meretrizes. Contudo, passam a ser necessárias novas ações, como vigiar os pensamentos.

Falar em “sexo e regularidades” é uma forma de dar indícios sobre o ponto aproximado: o ato sexual sofre pelo controle das regularidades discursivas. O ato é transformado em discurso e analisado de modo a se transformar em fonte de saber, em verdades que serão usadas no controle dos sujeitos:

A confissão, o exame de consciência, toda insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foram uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio dos seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas socieda-

des cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 1979, p. 23).

O estímulo à confissão, transformando-a em uma obrigação, possibilitou à pastoral cristã a construção de uma “máquina” que a extração da confissão se torna a busca pelo conhecimento de si, enquanto confessor, e do outro, aquele que se confessa e que, talvez, deva ser julgado/condenado. A prática da confissão permitiu que a pastoral cristã pudesse analisar o que os sujeitos tinham a dizer sobre o sexo e a sexualidade, sobre os desejos de seus corpos. O estímulo da confissão acerca da sexualidade permitiu que a prática sexual pudesse ser analisada enquanto discurso, verdades que advêm do desejo, da falha dos *aparelhos* de estado na vigia dos corpos. Isso, por outro lado, permitiu, também, a elaboração de novas formas de economia dos corpos, atuando de forma mais suave e, ao mesmo tempo, mais precisa.

Ao permitir o controle sobre os sujeitos, modificando-os e intimidando-os, a confissão, aos poucos, passou a se constituir uma ferramenta de autogoverno/autocontrole, como bem observa Rouanet (1987) quanto às análises feitas por Foucault nos três volumes de a *História da sexualidade*:

O da “vontade de saber”, agora assumindo a forma do poder confessional, que desde a pastoral cristã à psicanálise, longe de reduzir o sexo ao silêncio, encoraja o homem a dizer, no sexo, a sua verdade. É essa compulsão a forçar confissões, a dar forma discursiva ao sexo, que individualiza, que “subjativa”, no duplo senti-

do de produzir sujeitos e de produzir súditos. O homem é coagido pelo poder a constituir-se em sujeito, através do sexo. (...) no segundo e terceiro volume, num terreno novo: a constituição de um sujeito por si mesmo, de um sujeito moral constituído não por práticas de poder, mas por práticas de si, de um sujeito autoconstituente. Mergulhamos, subitamente, em outro elemento, pouco familiar, para os leitores de Foucault: o da liberdade (...) compreendida como temperança, como moderação, como capacidade de usar prudentemente dos prazeres, dos *afrosia* (ROUANET, 1987, p. 225).

Tanto nessa observação de Rouanet (2007) quanto em Foucault (2007), em sua conferência de 1978, o que é a crítica?, encontramos uma mudança de perspectiva quanto a ser governado. Inicialmente, conforme observação de Rouanet (2007), os seres passam a ser *assujeitados* pela prática instituída pela pastoral cristã, passando, posteriormente, pelo governo de si, dos desejos, em prol de ações “morais” (mesmo porque confessam algo que é interno, que poderia continuar escondido). De outro modo, Foucault demonstra a ligação entre as questões acerca da governamentalização com outros modos de governar. Quer dizer, não significa que se opor à governamentalização venha ser pura e simplesmente não querer ser governado, mas seria algo “(...) como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (cf. FOUCAULT, 1978).

Diante de tais pontuações, seja quanto à governabilidade advinda de uma instituição ou à autogovernabilidade que se inicia diante de preceitos da moral, a questão do poder surge pela constância de sua existência. Como dissociar o poder sem iniciar um novo ciclo? Haveria alguma possibilidade, principalmente quanto ao sexo e à sexualidade? Em parte de sua análise, Foucault (1979) trata de uma nova forma o controle sobre os corpos e sexualidade. Não se trata mais de um controle que reprime o sexo e a sexualidade, mas, de outro modo, um controle que estimula o corpo ao exercício sexual. Mas, como isso poderia acontecer?

Desde o século XVIII, com o início da vigilância sobre os corpos das crianças, de modo a evitar a masturbação, as estratégias vão sendo desenvolvidas com aquela que parece ser a preocupação de um dado “momento”. Anterior a esse período, quando se “descobre” a masturbação infantil, a confissão imposta pela pastoral cristã tratou de “transformar” o sexo, como já referido, em discurso e desse discurso buscou-se conhecer a verdade sobre o corpo, sexo e sexualidade. A partir do momento em que o sexo passou a ser conhecido como forma de exprimir a verdade, o sexo também passou a ser tomado como ferramenta para conhecer e controlar os sujeitos que têm suas identidades e corpos constituídos pelas práticas sexuais e pelo exercício de suas sexualidades. Trata-se de uma luta indefinida:

Repentinamente, surge um pânico: os jovens se masturbam. Em nome deste medo foi ins-

taurado sobre o corpo das crianças (...) um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. Mas a sexualidade, tornando-se assim um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo... O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos (...). Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu (...), mas seja magro, bonito, bronzeado!' A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. Mas não é uma 'recuperação' no sentido em que falam os esquerdistas. É preciso aceitar o indefinido da luta (...). O que não quer dizer que ela não acabará um dia (FOUCAULT, 1979, p. 146-147).

Cabe entender que, diante dessa observação, a luta não ocorre em um plano desconhecido: é no discurso que é traçada a luta em torno do poder, da construção de regularidades que apontam para discursos hegemônicos, de doutrinas que ligam indivíduos a certos enunciados e, ao mesmo tempo, impedem outros (cf. FOUCAULT, 2009, p. 43). Conforme pontuação, mesmo em face da revolta, há a possibilidade do surgimento de uma contra revolta, um contra efeito que estimulará a fuga

da repressão. Em lugar da economia do corpo, uma exploração da erotização. Em lugar da economia, do gasto de energia a ser expropriada pelo trabalho, há a exploração do corpo como algo que deve ser cuidado no qual se deve fazer investimentos.

Na Antiguidade, quando os jovens passavam a ser co-tejados por homens experientes, era possível observar que a relação era acompanhada “(...) por convenções, regras de comportamento, maneiras de fazer, todo um jogo de adiamentos” (FOUCAULT, 1984, p. 284). Depois disso, veio a temperança a guiar a busca pelo prazer, e mesmo o adiamento do prazer como um sinal de virtuosidade.

A estratégia do controle-estimulação, que não mais tem a forma controle-repressão, de toda forma, funciona ao manter o corpo e a sexualidade presos a certas regras. Anteriormente, pudemos verificar alguns pontos: I – a ferramenta da pastoral cristã, confissão, na qual o sexo é transformado em discurso, de modo a buscar colher a verdade sobre os sujeitos para, assim, controlá-los; e II – a estimulação ao autocontrole, que surge em prol da virtuosidade, que surge um autogoverno contra os excessos, dando origem ao herói virtuoso. Esses são modos diferentes de agir sobre o corpo, tratando da sexualidade e do recolhimento dessa sexualidade. Se por um lado notamos questões morais, por outro, a “necessidade” em economizar dos corpos suas energias. Possivelmente, com o controle-estimulação, possamos compreender um terceiro ponto: III – a estimulação a uma sexualidade controlada com uma tentativa

de apagamento de sua noção de contingência. Ou seja, a sexualidade só pode ser desempenhada uma vez em seu limite. Se antes pudemos pressupor a existência de doutrinas que circunscreviam as ações que poderiam ser realizadas, condenando todo o resto, agora, de um modo diferente, vemos desaparecer o discurso de proibição do que excede algumas práticas. Por exemplo, se antes os sujeitos estavam sobre a égide da moral, tanto em sua obrigação para com a confissão quanto com o autogoverno e a negação do prazer com o mesmo sexo, a estimulação, que é econômica em sua profundidade, tem ares de um domínio estético, ao menos em sua superfície, o que não significa dizer que tem menor peso que o econômico, uma vez que atua em conjunto. Conforme tratamos anteriormente, em nota de rodapé, existe a possibilidade de que a sexualidade, nesse momento, responda a campos semânticos ligados à economia e estética.

Em suma, enquanto antes se deve negar os excessos da sexualidade (enquanto agente que permite o prazer), agora a estimulação leva a sexualidade a romper com os limites. Como se dissesse: agora não é apenas possível, se é obrigado a fazer de tudo, experimentar todo o prazer, romper com os limites. Mas, para isso, é necessário estar preparado, investir no corpo, dar-lhe uma forma, ornamentá-lo. Se vai haver um dispêndio de força do corpo, será necessário que se compense investindo no mesmo, levando-o à perfeição, excitando-o ao máximo, gastando aquilo que ele perdeu e fez perder.

Considerações finais

Há a possibilidade de uma nova sexualidade surgir. Não mais apenas guiada pela moral, mas, também, pela economia, enquanto gasto de tempo, energia e dinheiro. As regularidades permanecem de modo a guiar dizendo que, por mais que se estimule, ainda é necessário ter regras a serem seguidas. A revolução da sexualidade pode ser política, como se rompesse com as velhas formas impostas pela e para a sociedade. Contudo, sua contrarrevolução, que se aproveita da tentativa de liberdade imposta pelas ações políticas do grupo anterior, e econômica. De recuperação (FOCAULT, 1979, p. 147), sim, inversa do que poderia ser apontada: recuperação de toda energia despendida pelo primeiro grupo. Esse primeiro grupo, como que se ressentindo³ pelas imposições feitas a ele, como que se tivesse rompendo com o que tolhia suas identidades, se revoltasse contra aquilo que lhe reprime.

Em um primeiro momento, a revolta conseguiu seu efeito. A leitura então a ser elaborada pode constar como rompi-

3. Num sentido de possibilidades econômicas, Bauman assim relata a possibilidade de construção das identidades: “(...) num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, (...) se vêem oprimidos por identidades impostas *por outros* – identidades que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (...)” (BAUMAN, 2005, p. 44 – itálicos do autor). Este parece ser o caso que marca o início da revolta.

mento completo para com as estruturas de organização (e por isso, poderia se dizer acerca de uma nova sexualidade) ou de uma passagem suave de um modo para o outro e, então, estaríamos apenas dentro de um sentido de “evolução” da sexualidade. Em alguns momentos, outras pesquisas poderiam trazer novas observações sobre o advento dessa nova sexualidade, como poderia ser o caso da Teoria Crítica da Sociedade (apenas para apontar uma alternativa).

De um modo geral, há a contínua forma de classificar e organizar o espaço. Especificamente, de organizar os seres no espaço pela utilidade e funcionalidade garantida neles: homens, mulheres, corpos etc. Todos têm um papel a ser desempenhado nessa configuração social. Daí, a constante luta a qual estamos expostos, daí os constantes ressentimentos, a não-aceitação das identidades, das sexualidades, do prazer, da governabilidade como algo unilateral, imposto, essencial e sem o qual não se tem um projeto de vida.

Contudo, e para finalizar, toda a “verdade” que é conhecida sobre o sexo, e que pode ser reatualizada ao negarmos sermos assujeitados, poderá ser usada contra a busca do prazer pelo prazer. Novos discursos e regularidades, dentro dessa luta, surgirão, de modo a dizer o que se poderá fazer dentro e fora de quatro paredes ou o que deverá ser feito para a obtenção plena do prazer, como se a obtenção do prazer fosse possibilitada apenas e unicamente com a presença de regularidades.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. (1988). *Performative acts and gender constitution*: An essay in phenomenology and feminist theory. Theatre Journal, vol. 40, No. 4. (Dec., 1988), p. 519-531.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. V. 2.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V.1.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. V.2.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V.3.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica?* (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Trad. de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <<<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>> acesso em: 26 de novembro de 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010..

GUIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral*. São Paulo: Moraes, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. Foucault e a modernidade. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 217-228.

Political Body: Sexuality and Regularities concerning Pleasure, Obligation, Punishment and Freedom

‘As if discourse, far from being a transparent or neutral element where sexuality is disarmed and politics pacified, is one of those places where they exercise, in a privileged manner, some of their most formidable powers.’ (FOUCAULT, 2009, *The Order of Discourse*).

Abstract: What does body mean? What is the relationship between body, discursive regularities and the political construction of identities? In the light of the above issues, part of the social values are built and guided by the modern search for classification of space and everything existing in it. Such issues require a search for answers concerning functionality and social, economic utility of the bodies. By contrast, the analysis and criticism of the hegemonic discourses, which guarantee certain positions and power relations, arise in such a way as to corroborate the position that demonstrates the established contingency. Thus, this work aims at elaborating discussions about the body taking into account Foucault and his view concerning the body, sexuality, and discourse.

Keywords: Body – Discourse – Sexuality – Freedom

O embate entre aspectos legais e éticos na traqueotomia de emergência em situações cotidianas

Adilson Luiz dos Santos – IPTAN/EPCAR

Mestre em Educação – UNIPAC

E-mail: adilson.ed.fisica@oi.com.br

Renata César de Oliveira

Bacharel em Enfermagem – UNIPAC

E-mail: renatinharco@yahoo.com.br

Data de recepção: 04/04/2013

Data de aprovação: 07/06/2013

Resumo: O presente artigo aborda um procedimento de emergência que busca a manutenção fisiológica das vias aéreas, permitindo a continuidade da oferta de oxigenação ao sistema respiratório, para que ocorra a troca gasosa – a traqueostomia. Enfoca questões acerca da necessidade de conhecimentos anatômicos e fisiológicos gerais, por parte do profissional de enfermagem, bem como das indicações e complicações desse procedimento, se analisado em relação ao próprio atendimento ou de outra maneira, às questões éticas e legais impostas ao profissional. O objetivo do trabalho é demonstrar e discutir essas questões, de modo geral, tendo em vista o momento de emergência a que é solicitado o procedimento, em risco iminente de morte do indivíduo, a que se depara o profissional. Conclui-se o estudo com uma incógnita acerca da atuação do(a) enfermeiro(a) frente às situações que envolvam o procedimento em questão, destacando a suspeita de uma contraposição entre os parâmetros éticos e legais das bases de sustentação ao profissional.

Palavras-chave: Traqueostomia – Emergência – Enfermagem
– Ética Profissional

Introdução

A traqueostomia consiste em um processo cirúrgico em que é realizada a abertura da traqueia com fins de possibilitar a comunicação desta com o meio externo. É comumente realizada entre o terceiro e quarto anéis traqueais, e pode ser permanente ou temporária.

É um procedimento invasivo que está se tornando cada vez mais frequente. São várias as indicações para se realizá-lo, como limpeza das vias aéreas (devido à idade avançada, fraqueza, doenças neuromusculares); suporte ventilatório, ou obstrução das vias aéreas superiores, sua principal indicação (devido à disfunção laríngea, trauma, queimaduras e corrosivos, corpos estranhos, anomalias congênitas, infecções, neoplasias, manejo operatório, apneia do sono).

No entanto, o risco de infecção é alto quando, para sua realização, não é feita a devida técnica asséptica, o que é de se esperar quando o procedimento ocorre em situações de urgência, fora do ambiente hospitalar. Nesses casos, os riscos de complicações tornam-se muito maiores, devendo ser avaliado o fator risco benefício ao paciente.

Nesse contexto, o presente artigo desenvolve-se com base nas análises de procedimentos de traqueostomia e suas possíveis realizações. É focada em suas indicações e repercussões; as necessidades da comunidade em relação ao serviço de saúde específico, e a atuação dos profissionais em relação ao código de ética que rege a profissão, junto às responsabilidades que cada profissional leva consigo.

Partindo do fato de que há uma discordância do que rege a legislação, pretende-se desenvolver esse estudo a fim de justificar a necessidade de alterações na lei, uma vez que essa mudança poderia “salvar vidas” e assim oferecer mais um meio de atender à população, no primeiro contato que essa estabelece com o enfermeiro.

É sabido que, de acordo com as legislações a habilitação para realização da traqueostomia é, exclusivamente, da área médica. No entanto, em algumas situações ele não se encontra presente, e o risco de vida do paciente é iminente. Assim surge a questão de qual seria a melhor conduta da equipe de atendimento.

Levando-se em conta que a Enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e qualidade de vida da pessoa, família e coletividade, este artigo tem por objetivo discutir a relevância da atuação dos enfermeiros nos procedimentos que exigem uma ação rápida e eficaz como a traqueostomia nos casos eminentes de risco de morte do indivíduo, e em situações em que o profissional médico não está presente.

Além da importante busca de conhecimentos, pretende-se através deste artigo, elucidar as possibilidades de se tornar viável a prática da técnica invasiva de traqueotomia por enfermeiros, as quais são destinadas apenas à área médica, uma vez que, como citado anteriormente, o médico pode não estar presente em determinadas situações, ficando a cargo do enfermeiro a tomada de decisões.

Para tanto, as questões legais e éticas devem ser repensadas em determinados aspectos, a fim de resguardar a integridade tanto do profissional que presta a assistência, quanto da vítima a ser atendida.

Assim, como no intra-hospitalar, no pré-hospitalar ou Pronto Atendimento, podem surgir quadros mais complicados, os quais exigem intervenção imediata e que infelizmente a figura do médico pode não se fazer presente.

E, no que diz respeito à obstrução das vias aéreas, não há possibilidades de se aguardar o atendimento de um profissional específico quando ele não se encontra no local.

Tendo em vista o risco de lesão cerebral e até mesmo de morte de um paciente devido à falta de oxigênio, um profissional de enfermagem que esteja presente no local do evento, pode ser capaz de realizar uma traqueostomia a fim de salvar uma vida. Seu conhecimento é amplo e eficaz, oriundo de seus estudos, assim como o de outros profissionais que atuam na área de saúde. E sua busca e prioridade enfocam a prevenção de doenças, a promoção da saúde e uma melhor qualidade de vida ao cliente.

No entanto, o embate entre questões éticas e aspectos legais impede, de certa forma, ao profissional enfermeiro de executar esse procedimento, o que pode resultar em uma deficiência no atendimento em indivíduos acometidos de traumas que possam levar à necessidade da traqueostomia.

1. A traqueostomia de urgência/emergência: aspectos legais e éticos

Numa situação de emergência a realização da traqueostomia, como de qualquer outro procedimento, por algum enfermeiro torna-se viável a partir do momento em que se compromete com a situação, tendo plena consciência do que realiza, e das complicações que pode vir a ter, lembrando-se que, de acordo com os princípios éticos comuns, o profissional deve atuar com autonomia, beneficência, fidelidade, não-maleficência, paternalismo, respeito às pessoas e perspectiva de dádiva da vida.

Em relação aos aspectos éticos que permeiam as dúvidas sobre determinados procedimentos e suas implicações, Wehbe (2001) aponta que, apesar de uma situação de emergência não poder invalidar uma lei, esta não pode ser considerada “absoluta”, é preciso, antes, avaliar cada situação e necessidade.

Portanto, por que não garantir legalmente essa atribuição também aos profissionais de enfermagem, sendo que eles são capazes de tomar decisões, manter uma conduta ética, realizar um atendimento abrangente, e manter o foco no cuidado humano de uma forma holística?

Alguns dilemas éticos surgem nas situações de emergência, pois se realizada uma traqueostomia de urgência por um enfermeiro, a penalidade que irá recair sobre ele é tanto quanto garantida como se caso ele se negasse a prestar auxílio à pessoa deixando-a vir a óbito, o que é considerada uma conduta incorreta de se ocultar o cuidado.

Sendo assim, considerando-se a inviabilidade de sua atuação e o compromisso para com a integralidade das pessoas, qual seria a melhor atuação do enfermeiro em um momento de extrema necessidade de sua ação, e consequentemente, qual seria o menor dos males já que ambos são cabíveis de penalidade?

Os benefícios sociais da atuação do enfermeiro em procedimentos como a traqueostomia são de grande relevância, pois além de um atendimento mais abrangente, a sociedade poderá ser atendida em qualquer unidade ou estabelecimento em que haja um profissional qualificado, sem demora ou outro impedimento que não corresponda com as reais expectativas da comunidade.

Seja onde for que aconteça uma intercorrência, tanto médico quanto enfermeiro, ambos capacitados e qualificados dentro da lei, poderiam resolver o problema, por isso evidencia-se a necessidade de uma maior autonomia na área dos cuidados de Enfermagem.

Sendo assim, se a lei tornar plausível a realização de traqueostomia também por enfermeiros, a comunidade poderá contar com uma conduta mais focada na melhor habilidade de atendimento e proficiência por parte dos profissionais, tanto a nível intra-hospitalar como pré-hospitalar; sem a necessidade de se ocupar cargos de outros profissionais, e sim, visando manter a saúde, bem estar e integridade da população, através de uma atuação de amplo espectro.

Com o campo mais aberto para a capacitação de outros profissionais, haverá um maior e melhor resultado dos atendimentos, e até mesmo uma redução nos índices de mortalidade relacionados à falta de atendimento ou inadequação de sua realização.

Diversas situações emergenciais podem ser reportadas quanto à necessidade de pronto atendimento, relacionadas ao sistema respiratório, importante componente vital, as quais merecem atenção e tratamento específicos, e podem ser encontradas desde o ambiente comunitário até a mais complexa área hospitalar. Tais distúrbios são frequentes, devendo ser observados com atenção pelo profissional de enfermagem.

Grande incidência desses distúrbios está relacionada à porção condutora (superior) do sistema respiratório, como obstruções agudas mecânicas causadas por trauma ou outra causa, assim como às DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica), que afetam a porção respiratória (funcional) do sistema. Ambas estão relacionadas à diminuição da ventilação e à hematose pulmonar (SMELTZER e BARE, 2005).

Para avaliar a eficiência do sistema respiratório, o(a) enfermeiro(a) deve estar habilitado(a) na diferenciação dos achados, relacionando-os ao histórico tido como funcional ou patológico. As boas competências de avaliação devem ser desenvolvidas e usadas quando se cuida dos pacientes com problemas respiratórios agudos e crônicos (NETO, 2005).

Para solucionar os problemas no sistema respiratório mantendo a permeabilidade das Vias Aéreas, são realizadas

técnicas de acordo com cada caso, desde a manobras externas até procedimentos invasivos, em que seja necessário a realização de uma intubação orotraqueal, intubação nasotraqueal, laringotomia, cricotireoidostomia ou traqueostomia, tema deste estudo.

Conforme Pires (2006 p.54), “a traquéia é um tubo musculocartilaginoso, que se inicia à altura da sétima vértebra cervical e termina no nível da terceira ou quarta vértebra torácica”.

Pires (2006, p.54) aponta diferenças entre os termos “traqueotomia” e “traqueostomia”, muitas vezes entendidos como sinônimos. O primeiro refere-se ao procedimento emergencial, onde a abertura da traquéia permanece por curto período de tempo; o segundo refere-se à colocação de um dispositivo denominado cânula, que garante a manutenção da abertura por um período maior, em casos especiais.

Conforme Silva (2006), este procedimento é geralmente realizado em sala cirúrgica, ou nas unidades semi-intensivas, onde há o controle da ventilação e manutenção de técnica asséptica.

Os tipos de traqueostomia variam de acordo com alguns critérios, os quais, são: idade; situação de urgência, emergência ou eletiva; sob anestesia local ou geral; com o diagnóstico da doença ou situação básica e com a dificuldade técnica anatômica individual, de acordo com o pescoço (MEIRELLES, 1998).

Existem relatos antigos do procedimento. Segundo Mozachi e Souza (2005, p. 235), a traqueostomia “é um dos mais antigos procedimentos cirúrgicos da medicina. Existem relatos de sua prática entre os egípcios, em achados nas escavações de Saqqara, há mais de 3.500 anos”.

Conforme Fraga (2009), “a realização da primeira traqueotomia é atribuída a Asclepiades, em Roma, no século II antes de Cristo”.

No século II depois de Cristo, a técnica foi novamente definida por Antilus, onde salientou que a traqueia deveria ser aberta no terceiro ou quarto anéis (FRAGA, 2009).

Entretanto, foi somente no século XVI que o médico italiano Antonio M. Brasovola relatou a realização com sucesso de uma traqueotomia em um paciente com abscesso na traqueia (WETMORE, *apud* FRAGA, 2009).

Nicholas Habicot, em 1620, descreveu quatro procedimentos realizados com sucesso, sendo que um dos pacientes era um menino de 14 anos de idade (FRAGA, 2009).

Segundo Neto (2005), as situações de emergência são muito comuns tanto em ambiente hospitalar quanto comunitário, ocorrendo em grande escala no atendimento pré-hospitalar, necessitando de ações imediatas, sendo que, quanto maior o tempo perdido, maiores serão as sequelas nos diversos tecidos corporais e menores serão as chances de recuperação do paciente.

Ramos e Sanna (2005) apontam que o atendimento às vítimas no local do evento ocorre desde o período das guerras.

Desde então vem evoluindo e, por volta do início dos anos 90, implantou-se no Brasil o Atendimento Pré-Hospitalar (APH), que composto por uma equipe multiprofissional bem treinada, realiza atendimento médico de urgência e emergência onde for necessário, propiciando o cuidado desde o local do evento até a chegada ao hospital.

O enfermeiro é integrante da equipe de APH, junto ao médico, técnicos e motorista.

De acordo com Thomaz, apud Ramos e Sanna (2005, p. 2-3):

O enfermeiro é participante ativo da equipe de atendimento pré-hospitalar e assume em conjunto com a equipe a responsabilidade pela assistência prestada às vítimas. Atua onde há restrição de espaço físico, e em ambientes diversos, em situações de limite de tempo, da vítima e da cena e, portanto, são necessárias decisões imediatas, baseadas em conhecimento e rápida avaliação.

Sendo assim, a presença do profissional de enfermagem se faz necessária e muito útil ao atendimento, e sua capacitação para tal é imprescindível.

A realização de uma nova via aérea pode considerar-se como traqueostomia eletiva, de urgência, ou de emergência, sendo esta última denominada cricotireotomia.

Quanto à sua permanência, pode ser temporária ou definitiva. Na maioria das vezes é temporária, sendo complementar a um procedimento cirúrgico ou auxiliar de um tratamento clínico. Entretanto nos casos inoperáveis de tumores de cabeça

e pescoço, de insuficiência respiratória sem possibilidade de resolução clínica, nas paralisias das cordas vocais em adução e na laringectomia total se faz a traqueostomia definitiva.

A traqueostomia pode ser utilizada em pacientes ambulatoriais e está cada vez mais frequente pela ampliação de suas indicações. É uma técnica relativamente simples que obedece a um padrão com poucas variações e seu índice de complicações é muito baixo se comparado aos benefícios. Por isso é importante que se tenha conhecimento de suas indicações, técnica e complicações.

A traqueostomia de urgência se faz nos casos de obstrução parcial das vias aéreas superiores, com pacientes ainda em condições de permanecer alguns minutos no estado em que a indicou, o que difere do estado de emergência. E a eletiva se faz quando se preveem a possibilidade de insuficiência respiratória, dificuldade de intubação traqueal, grandes traumatismos. Essa é realizada no ambiente cirúrgico, por uma equipe bem organizada, usando a técnica operatória correta, dispondo de material adequado e com baixo índice de complicações.

Na traqueostomia de emergência, sabe-se que os riscos de complicações são de duas a cinco vezes maiores do que em situações eletivas. E, em situação de emergência, a operação é realizada quando a intubação orotraqueal é impossível ou realizada sem sucesso (MEIRELLES, 1998).

Quando realizada uma traqueotomia de urgência, no pós-operatório tem de se informar ao paciente sobre sua situação atual, sobre o procedimento que lhe foi instituído e o

modo como o mesmo estabelecerá sua comunicação a partir daí (MEIRELLES, 1998).

Segundo Archer (2005), não importa se a traqueostomia está sendo realizada em uma situação de emergência ou em seguida a uma cuidadosa preparação, como medida permanente ou como terapia temporária – os cuidados na traqueotomia têm objetivos idênticos. Esses objetivos são assegurar a desobstrução da via respiratória pela manutenção do tubo livre de acúmulo de muco, manter a integridade da mucosa e da pele, prevenir infecção, e proporcionar apoio psicológico.

A importância de se diferenciar uma urgência de uma emergência torna-se crucial no momento do atendimento. O Ministério da Saúde define, em consonância com a Portaria nº 2.048/02, que emergência é a “constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem risco iminente de morte ou sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato”, e urgência como “a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial à vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata” (CALIL e PARANHOS, 2007, p. 83).

No entanto, existem situações de emergência em que o único meio de garantir a desobstrução das vias aéreas é a traqueostomia, e, nem sempre o profissional médico poderá estar presente. Em virtude disso, surgem muitos questionamentos a respeito da tomada de decisões no momento do atendimento, envolvendo atribuições, capacidades, autonomia, execução e respaldo legal dos profissionais participantes, como:

“Há respaldo legal para executar determinadas ações? [...] Em que circunstâncias o profissional de enfermagem encontra garantia da lei para praticar determinadas ações que normalmente excederiam a sua atribuição legal?” (CALIL e PARANHOS, 2007, p. 83).

Nos serviços de emergência esses tipos de dúvidas são muito comuns causando limitações às atividades dos profissionais de enfermagem.

Quando, em uma situação de emergência, um profissional de enfermagem depara-se com uma situação a qual incumbe atendimento de outro profissional, o qual pode não estar presente no momento, o enfermeiro pode recusar-se a executar qualquer atividade que não seja de sua alçada.

Contraditoriamente, o enfermeiro ao se sentir capaz, pode vir a realizar práticas que não possua competência legal, consciente das penalidades cabíveis ao ato, mas que esteja seguro e apto a realizar, pelo simples fato de recusar-se a “perder” uma vida sem ao menos arriscar salvá-la. A consciência dos profissionais, junto a seus valores e condutas éticas, os impulsionam e orientam em seu profissionalismo.

1.1. O profissional enfermeiro frente ao desafio da traqueostomia de urgência/emergência

De acordo com a Resolução Cofen, nº 240/2000, art. 51, é vetado ao enfermeiro “prestar ao cliente serviços que pela sua natureza incumbem a outro profissional, **exceto em casos**

de emergência” (MOZACHI e SOUZA 2005, p. 745) – ***grifo nosso***.

Se não há segurança em sua atuação o profissional não realiza ações, mas se se sente capacitado, seguro e responsável pelos seus atos, por que não desempenhar e assegurar um atendimento ao cliente que necessita?

Se a tentativa não obteve sucesso, deve-se lembrar que o máximo foi feito, e perder um paciente não é tão simples para um profissional.

Os profissionais que entram para os serviços de urgência e emergência devem ter em mente tudo que estão sujeitos a encontrar. A instituição ou empresa também tem influência em todo processo do atendimento, pois deve estabelecer programas de reciclagem de conhecimento, assim como promover cursos de aperfeiçoamento e aprimoramento de técnicas.

É importante ressaltar que cabe ao profissional a sua atualização, através da busca de novos conhecimentos ao longo de sua carreira, de novos recursos, inovações tecnológicas e tudo mais que possa vir a contribuir e melhorar sua atuação, visando o aprimoramento profissional.

Tendo em vista o Código de Ética dos Profissionais de Saúde, Resolução Cofen, nº 240/2000, aplica-se ao profissional, de acordo com o art. 17, citado por Mozachi e Souza (2005), “avaliar criteriosamente sua competência técnica e legal e somente aceitar encargos ou atribuições quando capaz de desempenho seguro para si e para a clientela”.

No âmbito das proibições, de acordo com o art. 42 “É proibido (...) negar assistência de enfermagem em caso de urgência ou emergência”, assim como no art. 48 o profissional está proibido de “[...] praticar ato cirúrgico, exceto os previstos na legislação e em casos de emergência” (MOZACHI e SOUZA, 2005, p. 743-745).

Por outro lado, ainda, com referência às proibições, se for analisado o Art. 51 – “Prestar ao cliente serviços que por sua natureza incumbem a outro profissional, exceto em caso de emergência”, pode-se dizer que há momentos nos quais a lei se contrapõe. Afinal, o profissional de Enfermagem pode ou não executar funções que não estão previstas, mas que se tornam necessárias em certas ocasiões? Como esvair-se da penalidade caso caia em contradição com a lei?

Essa contradição diz respeito não só ao fato de se realizar funções que não lhe são cabíveis por lei, como também deixar de cumprir seu dever enquanto profissional da saúde.

Os profissionais podem deparar-se com situações sobre as quais são incapazes de solucionar, pelo fato de estarem despreparados para tal, por terem medo de proporcionar algum cuidado errôneo e danoso ao paciente, ou pela repressão legal na qual vivem. Mas frente a isso, a omissão do cuidado é cabível de penalidade.

A penalidade que incorre ao profissional, resultante de uma falha que cause prejuízos ao paciente, pode vir a ser tanto ética quanto civil ou penal.

A penalidade ética ocorre quando o profissional comete infração descumprindo as leis e regras estabelecidas. Enquanto a penalidade civil consiste na indenização decorrente de prejuízo causado a outrem (CALIL e PARANHOS, 2007, p. 86).

Contudo, destacando-se o art. 186 do Código Civil de 2002, tem-se estabelecido que “aquele que, por ação ou omissão, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Sendo assim, baseado nas ideias de Calil e Paranhos (2007, p. 86):

A ilicitude da conduta decorre da ação ou omissão do profissional, quer ao fazer algo ou deixar de fazer alguma coisa, quando deveria agir por dever profissional, acarretando risco ou dano a outrem, a terceiro, que pode ser o cliente.

Frente a essas indagações, a ideia de socorrer ou não uma vítima vai de encontro a um dilema, segundo Calil e Paranhos (2007, p. 87):

O profissional de saúde encontra-se em grande dilema perante esses casos: ou salva a vida do paciente, podendo ser responsabilizado por falta de conduta legal, ou assiste passivamente à morte do mesmo, correndo risco de ser responsabilizado por omissão de socorro e ter que arcar com a indenização cível.

A própria legislação se contradiz quando estabelece que a atuação de um profissional sobre o que não é de sua

competência é cabível de penalidade, assim como a mesma procede quando o cuidado é omitido caso o profissional se depare com situações necessárias de sua atuação.

Mas, se o procedimento necessário compete a outro profissional senão o enfermeiro, como proceder a essa situação? Deixar considerar-se omissão ou atuação inapropriada?

A atuação nos serviços de emergência se difere dos trabalhos realizados dentro do ambiente hospitalar. As situações encontradas na emergência não envolvem apenas técnica, habilidade ou competência, envolve um preparo para se enfrentar desafios não vistos na enfermagem hospitalar (THOMAZ e LIMA, 2000).

Considerando-se que um cliente, com alterações nas vias aéreas, que necessite de uma intervenção imediata para que volte a restabelecer sua função respiratória pode vir a óbito durante o deslocamento do local do evento até ao hospital, um atendimento adequado e rápido no local do evento pode representar uma chance de sobrevivência para a vítima até a sua chegada ao hospital.

Baseado nos parâmetros do protocolo de atendimento nos serviços pré-hospitais verifica-se a necessidade de alterações no mesmo, pois ao referenciar-se em protocolos internacionais pode-se observar que a atuação e autonomia dos profissionais de enfermagem se distanciam da nossa realidade. E essas diferenças focam-se, segundo Thomaz e Lima (2000), na formação, requisitos básicos para a função, legislação ética e do exercício profissional, entre outras.

Sendo assim, a atuação de enfermeiros nos serviços de atendimento pré-hospitalar ficam mais restritos e consequentemente reduzidos em comparação com os padrões internacionais.

De acordo com o Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem, *apud* Thomaz e Lima (2000, p. 64),

(...) no seu artigo 11, está estabelecido como privativo do Enfermeiro, no item I, inciso – l – cuidados direto de Enfermagem a pacientes com risco de vida; e no seu inciso m – cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimento de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas. Considerando que no ambiente pré-hospitalar o atendimento será prestado à princípio à vítima com risco de morte e onde poderão ocorrer procedimentos invasivos de maior complexidade técnica, já temos a base legal, apesar de limitada, pois a legislação atual refere-se a atuação do enfermeiro no ambiente hospitalar.

Portanto, para que haja aceitação e possível regulamentação do que foi proposto acima, é de grande valia que os profissionais lutem para que possam redefinir a atuação dos mesmos no que diz respeito ao atendimento pré-hospitalar, dando assim autonomia aos profissionais na execução de sua atribuição.

Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi expor, de maneira sucinta, os aspectos legais e éticos que envolvem o profissional

de enfermagem frente à necessidade do procedimento da traqueotomia de urgência e emergência, uma vez que se trata de um procedimento invasivo, exclusivo dos profissionais médicos.

No entanto, diversas situações exigem um pronto atendimento voltado a esse procedimento e, nem sempre, o profissional médico poderá estar presente, levando ao enfermeiro a tomada de decisão.

Neste momento ele se vê em um embate que envolve questões éticas e legais, por um lado deparando-se com proibições, por outro, esbarrando em questões de caráter profissional e de atendimento pautadas na ética.

Sabe-se que, para executar tal procedimento, o enfermeiro deve estar preparado, consciente das possíveis consequências da traqueotomia. No entanto, parece que o desconforto e a insegurança limitam a tomada de decisão pelo enfermeiro, num embate ético e legal que precisa ser solucionado.

Percebe-se, então, a necessidade de uma revisão em determinados conceitos éticos e legais, assim como na formação do profissional de enfermagem, que permitam maior conforto na tomada de decisões pelo enfermeiro quando se depara com situações que exijam procedimentos que possam ser a única solução imediata para manutenção da vida, como no caso da traqueotomia de urgência/emergência.

Referências

CALIL, Ana Maria; PARANHOS, Wana Yeda. *O Enfermeiro e as Situações de Emergência*. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2007, p. 83-87. 795 p.

FRAGA, José Carlos *et al.*. *Traqueotomia na Criança*. Jornal de Pediatria. Mar./abr. 2009, v.85, n.1. ISSN 0021-7557.

MEIRELLES, Roberto Campos (1998). *Traqueotomia Técnica Cirúrgica*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.arquivosdeorl.org.br/conteudo/acervo_port.asp?id=40> acesso em 18 fev. 2013.

MOZACHI, Nelson; SOUZA, Virginia Helena Soares de. *O Hospital: Manual do ambiente hospitalar*. 10 ed. Curitiba: Os autores, 2005, p. 234-235, 743-745. 816 p.

NETO, Luiz Jóia. *Complicações Respiratórias no Pós-Operatório de Cirurgias Eletivas e de Urgência e de Emergência em um Hospital Universitário*. Londrina, 2005.

PIRES, Marco Túlio Baccarini; STARLING, Sizenando Vieira. *Manual de Urgências em Pronto Socorro*. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 54.

RAMOS, Viviane Oliveira, SANNA, Maria Cristina. *A Inserção da Enfermeira no Atendimento Pré-hospitalar: Histórico e Perspectivas Atuais*. Mai./Jun. 2005, v. 58, n.3. ISSN 0034-7167.

SILVA, Marli Messias, NAKAMURA, Eunice. *O Papel do Enfermeiro Frente ao Portador de Traqueostomia e o Familiar nas Unidades Semi-Intensivas de Pediatria*. Curitiba, 2006.

SMELTZER, Suzane C., BARE, Brenda G. Brunner & Suddarth *Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica*. 10 ed. 4v. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.

THOMAZ, Rosimey Romero, LIMA, Flavia Vernaschi. *Atuação do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar na Cidade de São Paulo*. Acta Paul Enf., São Paulo, v.13, n.3, p 59-65, 2000.

TORREMOCHA, Nuria et al. *Cuidados de las Traqueotomías*. Fundación Hospital Universitario de Alcorcon (REA), 2012.

WEHBE G, Galvão CM. *O enfermeiro de unidade de emergência*. Rev. Latino-am. Enfermagem 2001 março; 9(2): 86-90

Conflicts between legal and ethical issues in an emergency tracheotomy in daily routine

Abstract: This paper discusses aspects of an emergency procedure that aims to maintain the airway in order to ensure ventilation to respiratory system so that gas exchange can occur - tracheotomy. This paper also emphasizes the need for nurses (1) to have general knowledge about Anatomy and Physiology and (2) to be aware of indications and complications concerning the procedure of tracheotomy, if it is analyzed taking into account the appointment or, in a different way, the ethical, legal issues imposed on professionals. This article aims at demonstrating and discussing such issues considering the moment of the emergency in which the procedure is requested and the imminent risk of death faced by the professional. It is possible to conclude this study by means of an unknown about the performance of nurses, if considered the events and procedures that have been quoted. This paper also emphasizes the possibility of a contraposition between ethical and legal parameters that involve professionals and their knowledge.

Keywords: Tracheostomy – Emergency – Nursing – Professional Ethic

Critérios jurídicos para a distinção entre dolo eventual e culpa consciente nos crimes de homicídio praticado em competição não autorizada de veículos automotores (“racha”)

Gian Miller Brandão – IPTAN

Mestre em Direito – Universidade Gama Filho/ RJ

E-mail: brandaogian@gmail.com

Fone: (32)3351-1519

Maurício Possa Lopes

Bacharel em Filosofia – UFSJ; em Direito – IPTAN

E-mail: mauricio.possa@bol.com.br

Fone: (32)3379-2725

Marina Andrade de Sousa

Graduanda em Direito – IPTAN

E-mail: marinaandrade_2011@hotmail.com

Fone: (32)99165-9653

Data de recepção: 09/04/2014

Data de aprovação: 06/08/2014

Resumo: O artigo analisa os aspectos teóricos que envolvem a questão acerca da imputação de dolo eventual ou culpa consciente em homicídios advindos da prática de “racha”. É ressaltado a imprescindibilidade de se voltar, em tais casos, para a análise do caso concreto em busca do elemento subjetivo do agente no momento da conduta, face as peculiaridades pertinentes à diferenciação entre os institutos do dolo eventual e da culpa consciente. Conforme será demonstrado, a questão cinge-se à estrutura conceitual do dolo, que deve ser interpreta-

do não apenas como vontade em sentido psicológico, mas sim como o controle dos meios causais que o agente detinha, em maior ou menor grau, no momento da conduta, o que demonstrará se o agente agiu com dolo ou culpa, através da análise dos elementos fáticos concretos que o circundavam no momento de ação.

Palavras-chave: Homicídio – “Racha” – Dolo Eventual – Culpa Consciente

Introdução

À luz da ciência penal, aquele que participa de “racha” e, por sua conduta, veio a causar um homicídio, agiu com dolo eventual ou culpa consciente?

Como se sabe, existe dolo eventual quando o agente não deseja, diretamente, o resultado, mas assume o risco de produzi-lo (art. 18, segunda parte, do CP), conforme a chamada teoria do assentimento. Já a culpa consciente ocorre quando o agente, prevendo o resultado, acredita que o mesmo não ocorrerá, confiando em sua perícia ou em circunstâncias favoráveis para a não ocorrência do resultado.

Tendo tais conceitos em mente, parte da doutrina brasileira, conforme analisaremos no presente trabalho, caracteriza tais condutas, a priori, como sendo praticadas com dolo eventual, sob o argumento de que quem dirige seu carro em alta velocidade, em via pública, assume o risco de matar. Será possível fazer tal afirmação peremptória sem analisar o contexto fático concreto de cada situação? E mais, será possível encontrar uma resposta realmente segura sob à luz das atuais teorias do dolo aceitas pela doutrina brasileira? É o que este trabalho pretende responder.

1. Aspectos teóricos acerca da imputação do homicídio advindo da prática de “racha”

A Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) trouxe uma série de inovações no ordenamento jurídico brasileiro, inclusive no que tange à esfera penal. Entre os novos tipos

criados havia o previsto no artigo 308¹, cujo texto foi alterado pela Lei nº 12.971/14, que taxou como criminosa, e não mais apenas como uma contravenção penal², a conduta da prática de “rachas”.

“Racha”, conforme conceitua o artigo supracitado, consiste na participação “na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente”, com a ressalva de que, para a configuração de tal tipo, ainda é necessário que a prática “resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada”.

Conforme acima afirmado, o art. 308 em comento sofreu importante alteração em 2014, passando a ser redigido nos seguintes termos:

Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada: Penas - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

1. Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada:

Penas - detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

2. Tratava-se da contravenção penal de direção perigosa de veículo na via pública.

§ 1º Se da prática do crime previsto no caput resultar lesão corporal de natureza grave, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo.

§ 2º Se da prática do crime previsto no caput resultar morte, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo.

Conforme se percebe da simples leitura do artigo acima transcrito, a transformação do referido tipo penal trazida pela Lei nº 12.971/14 não só tratou de aumentar a pena máxima em abstrato do tipo, como, também, criou dois parágrafos em que o delito é qualificado em caso de preterdolo, sem aludir à culpa, mas sim se atendo à exclusão de dolo eventual, ao aludir ao fato de que tais qualificadoras somente poderão ser imputadas se “as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo”.

Não obstante o legislador ter inserido a teoria do assentimento, novamente, no texto legal, é preciso que nos voltemos para a definição do elemento subjetivo do tipo, no caso de ocorrência de homicídio advindo da prática de corrida não autorizada de veículos automotores, para a análise do dolo e de seus elementos e, assim, sermos capazes de apurar se a conduta foi realizada a título de dolo eventual ou de culpa consciente.

De início, é necessário explicitarmos que o Direito pátrio alçou a definição do dolo à legislação penal, no art. 18, I, do CP, que consagrou em seu texto a teoria da vontade e a do assentimento para fundamentar o dolo, conforme já explicitamos em trabalho anterior:

O Direito Penal brasileiro adotou a primeira e a sua variante, conforme podemos ver no art. 18, inc. I, do CPB. Tal assertiva é feita pelo fato de a letra da lei mencionar que a conduta será dolosa quando o agente quiser ou assumir a possibilidade de produzir o resultado. Podemos concluir, pois, que a teoria da vontade está transcrita na primeira parte do artigo acima referido, e versa sobre o dolo direto que será analisado oportunamente. Quanto à teoria do assentimento, vemos que esta consta na parte final do mandamento analisado, e conceitua o que chamamos de dolo eventual, que também merecerá análise a seguir (BRANDÃO, 2005, p. 91).

Tal entendimento é compartilhado, a título de exemplo, por autores como Cesar Roberto Bittencourt (2003, p. 55), Cirino dos Santos (2006, p. 132) e Reale Jr., (2002, p. 219).

Assim sendo, haverá dolo quando o agente, agindo de forma livre e consciente, quiser o resultado consequência de sua ação ou, ainda, se o mesmo, agindo de forma livre e consciente, assentir, anuir, aceitar o resultado de sua ação. No dolo eventual, o agente toma consciência da possibilidade de tal resultado, mas não se importa com sua ocorrência, ou, melhor dizendo, assente com o resultado, pouco se importando se ele ocorrerá ou não; enquanto na culpa consciente, o agente tam-

bém vislumbra a possibilidade da ocorrência de um resultado advindo de sua ação, porém acredita fielmente que tal resultado não ocorrerá, seja por sua perícia ou por outro relevante motivo.

Pelo acima exposto, podemos concordar com Cezar Roberto Bitencourt, quando o mesmo afirma que “(...) os limites fronteiriços entre o dolo eventual e a culpa consciente constituem um dos problemas mais tormentosos da Teoria do Delito”.

Sobre o tema, Fernando Capez (2010, p. 110) ensina que

a culpa consciente difere do dolo eventual, porque neste o agente prevê o resultado, mas não se importa que ele ocorra (‘se eu continuar dirigindo assim, posso vir a matar alguém, mas não importa; se acontecer, tudo bem, eu vou prosseguir’). Na culpa consciente, embora prevendo o que possa vir a acontecer, o agente repudia essa possibilidade (‘se eu continuar dirigindo assim, posso vir a matar alguém, mas estou certo de que isso, embora possível não ocorrerá’). O traço distintivo entre ambos, portanto, é que no dolo eventual o agente diz: ‘não importa’, enquanto na culpa consciente supõe: ‘é possível, mas não vai acontecer de forma alguma’.

Da mesma forma entendem Luiz Regis Prado (2008, p. 331), Juarez Tavares (*apud* PRADO 2008, p. 332), Cezar Roberto Bittencourt (2003, p. 205) e mesmo Nelson Hungria (1978, p. 116).

Voltando tais reflexões ao tema abordado pelo presente artigo, sem dúvida, ao menos de início, é previsível ao agente

que participa de competição automobilística não autorizada, em via pública, a possibilidade de causar um acidente com graves consequências, seja a transeuntes, a outros condutores, aos próprios participantes do “racha” ou até a si mesmo. Na hipótese acima, que chamaremos de “hipótese genérica”, a única questão acerca da imputação do resultado a título de dolo eventual ou culpa consciente residiria na dúvida quanto à possível anuência do agente quanto ao resultado, ou se o mesmo, acreditando em sua perícia ao volante, tivesse certeza de que tal resultado jamais ocorreria.

Em trabalho anteriormente citado, já tivemos oportunidade de apontar que muitos autores, partindo dessa hipótese genérica, chegaram a respostas categóricas, pressupondo o dolo eventual sem que sequer fosse levado em conta os elementos fáticos e volitivos do agente. É o caso de Mirabete (2004, p. 141), por exemplo, que assevera o fato de que “encontram-se na jurisprudência alguns casos de homicídio com dolo eventual: (...) participar de inaceitável disputa automobilística realizada em via pública (‘racha’) ocasionando morte...”; Fernando Capez (2010, p. 190), ao afirmar que “são também casos de dolo eventual: (...) participar de inaceitável disputa automobilística realizada em via pública (‘racha’), ocasionando morte”; e mesmo dos renomados Zaffaroni e Pirangeli, cujo entendimento é de que “quem se lança numa competição automobilística de velocidade, numa cidade populosa, à custa da possibilidade de produção de um resultado lesivo, age igualmente com dolo eventual de homicídio, lesões e dano” (2001, p. 449).

Contudo, é preciso se voltar para as possibilidades concretas, pois podem existir peculiaridades que trazem contornos mais nítidos à distinção entre o dolo eventual e a culpa consciente em tais casos. Ainda mais se lembrarmos que para a caracterização do dolo, segundo doutrina largamente aceita entre os penalistas, é preciso encontrar dois elementos que o constituem, quais sejam: a vontade e a intelecção.

Assim sendo, não basta ao agente querer, com sua ação, alcançar um determinado resultado, tampouco basta ao agente aceitar, com a sua ação, que um determinado resultado aconteça; é preciso que o agente também conheça a realidade que o circunda no momento da ação.

Tanto é assim que nosso próprio Código Penal, no caput do art. 20, prevê o instituto do erro de tipo, ao afirmar que “o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei”. Ou seja, o legislador nos afirma que é preciso que o agente, no momento da ação, tenha conhecimento da realidade fática que o circunda, sob pena de, se tal conhecimento estiver viciado, ser, no mínimo, excluído o dolo. Ora, nada mais óbvio. Se, conforme dissemos acima, dolo é vontade, como se pode ter vontade de algo que não se conhece, não se sabe?

Por todas essas nuances, em trabalho anterior, trouxemos uma ressalva que precisamos levar em consideração para pensarmos sobre a difícil distinção entre dolo e culpa nos casos em que este resultado é advindo da prática de “racha”. Vejamos:

É necessária que a diferenciação do dolo eventual da culpa consciente seja muito mais do que duas ou três palavras formando uma expressão, pois a grandiosidade da discussão não se pode limitar a “chavões”. Ademais, essas expressões ainda trazem uma carga de equivocidade, posto que todas asseveram que o agente assume o risco ou conforma-se com a produção do resultado, demonstrando sempre que, de uma forma ou de outra, o agente não se importa com a produção do resultado, o que não é totalmente verdade, podendo existir dolo eventual mesmo quando o agente não aceita a produção do resultado, conforme veremos a seguir. Sendo assim, inegável que o estudo sobre a vontade do agente é que deve ser tomado como fundamental para se aclarar a discussão em tela, devendo as expressões tomar apenas papel secundário na discussão (BRANDÃO, 2005, p. 137-138).

Pois bem, é no elemento volitivo que devemos buscar a diferenciação entre o dolo eventual e a culpa consciente em tais casos. Mas, no que consiste este elemento volitivo? De início, cabe ressaltar que o elemento volitivo se divide em dois: a previsibilidade do resultado e o controle dos meios causais. Assim, é preciso que nos voltemos para a relação causal psíquica entre conduta e resultado como um elemento do dolo. É na relação causal psíquica entre conduta e resultado que encontraremos a distinção entre o dolo eventual e a culpa consciente.

“Acreditamos”, conforme já por nós afirmado em outro trabalho, “que a problemática ora colocada se estabelece na

possibilidade ou não de o agente controlar os meios causais da ação por ele praticada” (BRANDÃO, 2006, p. 169). Tal fato já foi afirmado, porém, é preciso enfatizar, e este é o ponto principal da questão, que “isso não tem relação direta com o resultado, mas, sim, com os meios pelos quais se chegou a tal resultado”. Assim sendo, a busca pelo elemento volitivo que irá diferenciar o dolo eventual da culpa consciente no presente caso não se dará pela investigação do que “se passa na mente” do agente, mas sim pela análise objetiva das circunstâncias em que ocorreu o resultado. Utilizando-se do termo cunhado por Luís Greco (2009, p. 888), o elemento volitivo deve ser pensado sob o caráter “atributivo-normativo”, e não “psicológico-descriptivo”.

Vejamos:

Quando se age com culpa consciente, o agente, negligentemente, acredita que possui em suas mãos o efetivo controle dos meios causais, e, por ser assim, pensa, levemente, que o resultado não se efetivará, pois será capaz de evitá-lo. Se é assim, podemos dizer que a culpa consciente é a leviana crença do agente de que possui o efetivo controle dos meios causais, sendo que o resultado só foi alcançado pelo fato de que o agente não possuía o controle dos meios como acreditava (BRANDÃO, 2006, p. 169).

Enquanto que, quando o agente atua com dolo eventual,

Não possui o controle dos meios causais, sendo, ainda, sabedor de tal situação, deixando a

produção do resultado à mercê da sorte. Ou seja, o agente atua de tal maneira que prevê a produção do resultado e nada faz para impedi-lo, deixando o resultado ao acaso, não tendo, pois, domínio sobre os meios causais (BRANDÃO, 2006, p. 169).

É necessário se apurar no caso concreto se há culpa ou dolo nas ações que resultam em homicídio. Tal cuidado deve ser atendido com atenção, posto que não só a pena é deveras diferente, como há também a questão da competência para julgar o crime. A definição se a ação que resultou em morte foi praticada a título de dolo ou de culpa poderá levar o autor do juízo singular ao Tribunal do Júri, com toda sua carga traumática.

Ademais, conforme nos lembra Edmundo José de Bastos Jr. (2003, p. 58):

Quando a atitude psíquica do agente não se revelar inequívoca, ou se há inafastável dúvida se houve, ou não, aceitação do risco do resultado, a solução deve ser baseada no princípio *in dubio pro reo*, vale dizer, pelo reconhecimento da culpa consciente (...). Nos delitos de trânsito, há um decisivo elemento de referência para o deslinde da dúvida entre dolo eventual e culpa consciente: o risco para o próprio agente. Com efeito, é difícil aceitar que um condutor de veículo, na plenitude de sua sanidade mental, seja indiferente à perda de sua própria vida – e, eventualmente, de pessoas que lhe são caras – em desastre que prevê como possível consequência de manobra arriscada que leva a efeito (...).

Portanto, é de se estranhar os posicionamentos pró-presunção de dolo, acima referenciados, assim como o de Marrone que, a nosso ver, de forma errônea, afirma peremptoriamente que

se da corrida, disputa ou competição não autorizada resultar evento mais grave (lesão ou morte), configura-se o dolo eventual (Art. 18, 1, 2ª parte do Código Penal), respondendo o condutor pelo delito de homicídio doloso ou lesão corporal dolosa. (...) Efetivamente, aquele que participa de racha, em via pública, tem consciência dos riscos envolvidos, aceitando-os, motivo pelo qual merece ser responsabilizado por crime doloso (MORRONE, 1998, p. 126).

O fato é que a negação do contexto fático não pode predominar. Conforme se depreende dos exemplos livremente criados por nós neste trabalho, há vias públicas diversas, com realidades diversas. A grosso modo, uma coisa é o agente disputar “racha” em uma avenida movimentada, na porta de uma escola infantil em horário de saída. Outra é o agente disputar o “racha” em uma via abandonada. São condutas diferentes e, portanto, inadmissível tal presunção, além de ser contrária aos princípios basilares do Direito Penal, tendo em vista a vedação ao direito penal objetivo. Ademais, é preciso, conforme já aludido acima, realizar a análise concreta do fato para se aferir a existência, ou não, do controle dos meios causais, imprescindível à existência do dolo.

Em outra oportunidade já ressaltávamos que, no tocante à doutrina nacional,

vemos que parte da opinião pública, e mesmo da doutrina e jurisprudência nacional, tenta criar uma generalização de que os crimes de homicídio praticados em competição de “racha” sempre terão como elemento subjetivo o dolo eventual, tendo em vista, principalmente, o grande clamor público causado por esse tipo de crime (BRANDÃO, 2005, p. 162).

Notamos que há dois erros graves na análise doutrinária do problema enfrentado por este estudo. O primeiro é a discussão teórica “pura”, que busca resolver tal problema através de fórmulas prontas, esquecendo-se que é preciso buscar na análise do caso concreto as nuances que revelarão o elemento volitivo do agente no momento da conduta. Não é possível se presumir dolo ou culpa de uma conduta. É preciso se voltar para o caso concreto, a realidade fática. O segundo, diretamente relacionado com o primeiro problema, é que a própria discussão teórica carece de fundamentação sólida, tentando encontrar os elementos do dolo eventual “na mente” do agente, esquecendo-se de que o dolo eventual se encontra no controle dos meios causais que o agente possuía, ou não, no momento da conduta.

É preciso repensar o conceito de dolo com o objetivo de que o mesmo permita àquele que analisa o problema aqui proposto perscrutar a imputação em vista do caso concreto, se atendo às nuances inerentes à conduta do agente. A aná-

lise do dolo eventual, sob o enfoque do controle dos meios causais, mostra-se uma ferramenta teórica muito mais eficaz para solucionar a questão acerca do dolo eventual e da culpa consciente no âmbito dos homicídios consequentes da prática de “rachas”.

A guisa de exemplo, transcreve-se o seguinte julgado do STJ, em que a Colenda Corte se deparou com um caso próximo ao abordado por este trabalho:

RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRONÚNCIA. POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOLO EVENTUAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DESCLASSIFICAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA HOMICÍDIO CULPOSO - ARTIGOS 302 E 303 DA LEI N. 9.503/97. ADEQUAÇÃO DO FATO À NORMA JURÍDICA PERTINENTE. POSSIBILIDADE NA FASE DE PRONÚNCIA. ELEMENTO VOLITIVO NÃO CARACTERIZADO. INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ARTS. 18, I, E 413 DO CPP. EXEGESE. (...) 4. Apesar de existir vários conceitos teóricos sob o tema, quando se parte para o campo prático nota-se a extrema dificuldade de distinguir quando o agente assumiu ou não o risco de produzir determinado resultado lesivo, ainda mais quando se trata de crimes de trânsito, para os quais há legislação própria, inclusive com tipos penais específicos. 5. Nesse contexto, diante da tênue diferença entre dolo eventual e culpa consciente - visto que em ambos o agente prevê a ocorrência do resultado, mas somente no dolo o agente admite a possibilidade de o evento acontecer -, cumpre ao Juiz togado verificar se há elementos de convicção

suficientes para confirmar a competência do Tribunal do Júri. (...) 7. O excesso de velocidade e o número excessivo de passageiros, conquanto possam demonstrar negligência em relação às normas de trânsito, não autorizam a conclusão de que o condutor do veículo, ora recorrido, tenha assumido o risco de causar a morte das vítimas, dentre elas, amigos de longa data e o seu próprio irmão. (...) 11. Diante desse quadro, agiu com acerto a Corte de origem em desclassificar a conduta para a modalidade culposa, visto que não há outros fatores que, somados à alta velocidade empregada - 100km/h - e ao excesso de passageiros, permitam aferir a plausibilidade da acusação pelo delito contra a vida, na modalidade dolosa. 12. Com efeito, a descrição constante na denúncia e os elementos de convicção até aqui colecionados demonstram a ocorrência de uma conduta tipicamente culposa, pois clara e indiscutível a negligência e imprudência do recorrido, mas não aponta para a configuração do dolo eventual, vale dizer, a insensibilidade e a indiferença do acusado pela vida das vítimas que lhe eram tão próximas. (...) (REsp 1327087/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 11/11/2013)

No julgado acima transcrito, percebe-se uma preocupação do julgador em analisar o elemento subjetivo do agente quando da conduta através da análise da situação concreta, vedando uma presunção apriorística de dolo ou culpa. Ainda que não adentre na questão do dolo enquanto controle dos meios causais, percebe-se que houve uma preocupação por parte do julgador em analisar o caso concreto, buscando o elemento

subjetivo não na “mente” do agente, mas sim nas circunstâncias que o circundavam no momento da conduta, o que julgamos ser a maneira mais correta para encarar a distinção entre o dolo eventual e a culpa consciente nos casos de homicídios advindos da prática de competições não-autorizadas de veículos automotores.

Em outra decisão, também proferida pelo STJ, vê-se a preocupação em se aferir através da análise das circunstâncias fáticas a existência de dolo eventual ou culpa consciente. Transcrevemos:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIOS. “RACHA”. PRONÚNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO PRETENDIDA. (...) III – Não se pode generalizar a exclusão do dolo eventual em delitos praticados no trânsito. Na hipótese de “racha”, em se tratando de pronúncia, a desclassificação da modalidade dolosa de homicídio para a culposa deve ser calcada em prova por demais sólida. No iudicium accusationis, inclusive, a eventual dúvida não favorece os acusados, incidindo, aí, a regra exposta na velha parêmia *in dubio pro societate*. IV – O dolo eventual, na prática, não é extraído da mente do autor, mas, isto sim, das circunstâncias. Nele, não se exige que resultado seja aceito como tal, o que seria adequado ao dolo direto, mas isto sim, que a aceitação se mostre no plano do possível, provável. (...) Recurso não conhecido (REsp 249.604/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2002, DJ 21/10/2002, p. 381).

Sendo assim, nota-se que a aferição do elemento subjetivo do agente deve ser calcada na investigação do contexto fático em que o mesmo realizou sua conduta que originou o resultado morte. A gravidade abstrata do crime de “racha”, cuja reprovabilidade social é gritante, não pode autorizar, por si só, a imputação a título de dolo nas hipóteses em que o homicídio for advindo de tais competições não autorizadas. Da mesma forma que pelo fato de estar praticando “racha”, não pode se pressupor que o resultado morte advindo dessa conduta se deu culposamente. Somente a análise do contexto fático, buscando elucidar o controle dos meios causais do agente no momento da prática do crime, poderá trazer luz sobre essa tormentosa questão.

Considerações finais

Como já explanado no correr do presente trabalho, a legislação penal pátria acolheu as teorias da vontade e do consentimento para definir o conceito de dolo. Porém, como a análise da doutrina por nós levantada demonstra, há uma confusão conceitual quando se trata da distinção entre dolo eventual e culpa consciente. No que concerne ao homicídio advindo da prática de “racha”, muitas vezes se conciliam teorias irreconciliáveis, com o fito de se justificar imputações dolosas que, se vistas sob a ótica da teoria da vontade e/ou do assentimento, seriam claramente imputadas a título de culpa.

Ademais, vê-se uma total cegueira em relação aos princípios basilares do Direito Penal, tendo em vista que, com o

objetivo de se sanar a questão da dúvida quanto ao dolo no caso concreto (dúvida essa que se reverteria a favor do réu), chega-se ao ponto de se criar uma espécie de presunção objetiva de dolo, até mesmo através de uma operação aritmética simples, “racha mais resultado morte igual à existência de dolo eventual”, num completo descaso à ciência penal.

Sem dúvida, a aferição de dolo ou culpa, ainda mais em se tratando do tênue limite entre o dolo eventual e a culpa consciente, passa ao largo das fáceis definições encontradas nos manuais de Direito Penal, demandando profunda reflexão para a delimitação entre ambos os institutos.

Pensamos que a postura atualmente tomada pela doutrina para responder a questão acerca dos limites entre o dolo e a culpa não é a mais adequada. Encarar tal problema sem investigar acerca do controle dos meios causais, apenas se utilizando do dolo como uma “vontade presente na mente” do autor, não ajudará a elucidar a distinção entre o dolo eventual e a culpa consciente nos delitos estudados neste trabalho. Ademais, conforme ficou demonstrado, é impossível tentar responder tal questão sem que seja realizada uma análise do fato concreto.

Portanto, não existe uma resposta pronta, teórica, a priori, capaz de elucidar tal celeuma. Somente a análise do contexto fático em que ocorre a conduta, buscando elucidar o controle dos meios causais pelo agente, poderá determinar o elemento subjetivo a ser imputado àqueles que cometem homicídio através da prática de “racha”.

Referências

ARAÚJO, Marcelo Cunha. *Crimes de trânsito*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 23:

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. *Código Penal em Exemplos Práticos*. Florianópolis: OAB/SC.

BRANDÃO, Gian Miller. *O dolo eventual, a culpa consciente e a efetiva aplicação da norma penal nos crimes de homicídio praticados na direção de veículos automotores*. Dissertação - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2005.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial*, volume 2. 3.ed. rev e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal*. V. 1, Parte Geral. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRECO, Luis. Dolo sem vontade. In: SILVA DIAS e outros [coords.]. *Liber Amicorum* de José de Sousa e Brito. Coimbra: Almedina, 2009, p. 885 e ss.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 10 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao código penal*, v. I, Tomo II. 5 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PRADO, Luís Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARRONE, José Marcos. *Delitos de Trânsito: Aspectos Penais e Processuais do Código de Trânsito Brasileiro: Lei nº 9.503.97*. São Paulo: Atlas 1998.

MIRABETE, Júlio Fabrinini, *Manual de Direito Penal*: parte geral, v. I. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PUPPE, Ingeborg. *A distinção entre Dolo e Culpa*. Tradução, introdução e notas: Luís Greco. Barueri: Manole, 2004.

REALE JR, Miguel. *Instituições de Direito Penal*, Parte Geral, vol. I, Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SANTOS, Cirino dos. *Direito Penal*, Parte Geral, Curitiba: Impetus, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro*: parte geral. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Legal criteria for distinguishing eventual intention from conscious guilt in homicide crimes committed in unauthorized car races (“drag racing”)

Abstract: This article aims at analyzing theoretical issues concerning the application of the eventual intention or conscious guilt in homicide crimes committed in unauthorized car races (drag racing). This paper also emphasizes the indispensability of analyzing the concrete case in search of the agent’s subjective element, at the moment of the conduct, due to the peculiarities pertinent to the difference between eventual intention and conscious guilt. The issue, as will be shown later, involves the conceptual structure of the intention that should be interpreted not only as a will, in the psychological sense, but as the control of the means by the agent – to a lesser or greater extent – at the moment of the conduct. Thus, it is possible to demonstrate the agent acted deceitfully or with culpable negligence by means of the analysis of the elements surrounded at the moment of the action.

Keywords: Homicide – “Racha” – Eventual Intention – Conscious Guilt

A Importância da verificação da pressão arterial na consulta de enfermagem em crianças em corticoterapia: uma abordagem conceitual

Livia Maly da Fonseca – IF SUDESTE MG

Especialista em Formação Pedagógica para Enfermeiros – IF
SUDESTE MG

Fone: (32)3379-4500

E-mail: liviamaly@gmail.com

Isabel Cristina Adão Schiavon – IF SUDESTE MG

Mestre em Enfermagem – UNICAMP

Fone (32)3379-4500

E-mail: isabel.schiavon@ifsudestemg.edu.br

Isabella Cristina Moraes Campos

Mestre em Psicologia – UFSJ

Fone (32)3379-4500

E-mail: isabella.campos@ifsudestemg.edu.br

Ernani Coimbra de Oliveira

Mestre em Enfermagem – UFRJ

Fone: (32)3379-4500

E-mail: ernani.coimbra@ifsudestemg.edu.br

Data de recepção: 06/06/2014

Data de aprovação: 08/09/2012

Resumo: É sabido que um dos efeitos colaterais dos corticóides é o aumento da pressão arterial e que sua detecção precoce depende de uma conduta simples: a verificação da pressão arterial na consulta de enfermagem pediátrica. O objetivo deste artigo foi destacar a importância da verificação da pressão

arterial em crianças em tratamento com corticóides, durante a realização da consulta de enfermagem pediátrica. Este estudo apresenta o método adequado para identificar a hipertensão arterial infantil, a associação entre a corticoterapia e a elevação da pressão arterial e ainda descreve a importância da consulta de enfermagem pediátrica, destacando a significância da verificação da pressão arterial em crianças. O tipo de estudo, desta forma, é bibliográfico, abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros e artigos, os quais podem, eventualmente, servir à fundamentação teórica do estudo. Isso porque a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema.

Palavras-chave: Hipertensão – Uso de medicamentos – Enfermagem pediátrica

1. Hipertensão arterial

A hipertensão arterial é uma patologia caracterizada pelo aumento da pressão sanguínea sobre as paredes das artérias, elevando o nível da pressão arterial (PA) para números acima dos valores considerados normais, estes valores variam conforme idade, sexo e hábitos de vida. Esta doença possui múltiplos fatores etiológicos e diversos mecanismos fisiopatológicos, sendo o principal fator de risco para as complicações mais comuns como acidente vascular cerebral, infarto agudo do miocárdio e doença renal crônica terminal.

Para Salgado e Carvalhaes (2003, p.115):

A hipertensão arterial, uma entidade clínica multifatorial, é conceituada pelo III Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial como uma síndrome caracterizada pela presença de níveis tensionais elevados associados a alterações metabólicas, hormonais e a fenômenos tróficos (hipertrofia cardíaca e vascular).

Segundo o Ministério da Saúde, (BRASIL, 2006, p. 7) a hipertensão arterial (HA) é considerada mundialmente um problema de saúde pública, devido à alta taxa de morbimortalidade. No Brasil, cerca de 17 milhões de pessoas são portadoras de hipertensão arterial, sendo 35% da população na faixa de 40 anos e cerca de 4% crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p. 7).

Sendo a hipertensão considerada uma condição multifatorial, é sabido que em muitos casos não é possível determinar a causa exata da patologia.

São chamados fatores de risco ou fatores predisponentes as condições de vida e/ou saúde na qual o indivíduo se encontra e que o tornam propenso ao acometimento da HA. São eles, de acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2006, p.6): obesidade, etilismo, idade, sexo, fatores socioeconômicos e ingesta elevada de sal.

Os fatores de risco devem ser adequadamente abordados e controlados, pois somente as doses progressivas de medicamentos não conseguirão alcançar os níveis recomendados de pressão arterial. Em alguns casos não há necessidade de tratamento medicamentoso, somente com a mudança no estilo de vida, tais como prática de exercícios físicos, alimentação adequada, redução do uso de álcool e sal, dentre outras, são capazes de controlar a PA.

As duas principais categorias de HA são: HA primária que corresponde a maioria dos casos e HA secundária correspondente a minoria dos acometimento, ambas se não tratadas precocemente podem se tornar crônicas.

Segundo Wong (2005, p. 795), hipertensão arterial primária, essencial ou idiopática: é aquela sem causa identificável, ou seja, não há uma etiologia definida. Ocorre na maioria dos casos de HA entre os adultos, porém esse tipo é raro na infância. Já a hipertensão arterial secundária: é conseqüente a uma causa identificável, que precisa ser diagnosticada, uma vez que, com a remoção do agente etiológico é possível controlar ou curar a HA. Esse tipo atinge uma pequena proporção dos casos de HA e necessita de encaminhamento do paciente a

um especialista para tratar a causa principal da HA.

É importante ressaltar a importância de se identificar em qual categoria a HA está inserida, pois quanto mais cedo for iniciado o tratamento, melhor será o prognóstico e menores serão os riscos de complicações.

Na hipertensão secundária é possível identificar a causa da elevação da pressão arterial. As principais causas de HA secundária, de acordo com as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (BRASIL, 2006 p. 35-9): Endócrina; doença parenquimatosa renal: glomerulopatia, pielonefrite crônica, rins policísticos, nefropatia de refluxo; hipertensão arterial renovascular; coartação da aorta; hipertensão gestacional; hipertensão em diálise e transplante renal; neurológicas; estresse agudo e exógenas.

Sabe-se que a HA secundária possibilita uma maior probabilidade de controle da pressão arterial e até mesmo de cura, devido ao tratamento de sua causa etiológica. Portanto, quanto mais cedo for diagnosticada a HA secundária, menores são as chances de complicação à saúde do indivíduo.

De acordo com Fujimura (1983, p. 205), a HA infantil assim como no adulto pode ser sistólica, diastólica ou ambas, porém não são usados valores de corte para o diagnóstico no paciente pediátrico. Se em um adulto a pressão arterial ótima é designada pelo valor de 120/80mmHg, na criança este valor é dado através de percentil, sendo o valor desejável menor que o percentil 90. É importante observar as medidas antropomé-

tricas em crianças, pois a PA varia conforme essas medidas.

Assim, a hipótese de que a hipertensão primária em um adulto poderia se iniciar na infância estimulou vários pesquisadores no estudo deste tema.

A maioria dos casos de HA observados em crianças ocorre secundariamente a uma anormalidade estrutural ou a um processo patológico básico. As principais causas de hipertensão secundária em crianças são: doença renal, cardiovascular, endócrina e neurológica (BRASIL, 2006).

O principal método de diagnóstico da HA infantil é a aferição adequada da PA, a descoberta da doença permite a investigação causal e tratamento precoce, reduzindo os danos sistêmicos. Porém, este procedimento não é hábito nos consultórios pediátricos, o que possibilita o agravamento da patologia, podendo esta se tornar crônica. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006): é obrigatória a medida anual da PA a partir dos três anos de idade, tal qual a atenção já existente com a vacinação e prevenção de acidentes. Para crianças com risco para hipertensão secundária a aferição deve ser iniciada desde o nascimento.

É sabido que a hipertensão arterial na infância está associada com uma incidência maior de causas secundárias, dentre estas causas, uma das mais comuns é a hipertensão induzida por drogas, tais como o uso de corticóides. Portanto, crianças em corticoterapia podem apresentar uma elevação da pressão arterial, devido aos efeitos colaterais deste tipo de medicamento.

2. Corticoterapia

A corticoterapia é uma terapia medicamentosa realizada com corticosteróides, seu uso é indicado em diversas especialidades, em preparações variadas, em dosagens diferentes de acordo com a indicação. É uma terapia amplamente utilizada, em diversas faixas etárias e tipos terapêuticos. Devido a essas ações tão variadas acabam por provocar um grande número de efeitos colaterais, como será retratado ao longo deste capítulo.

De acordo com Abrams (2006, p. 336), os corticosteróides podem ser exógenos ou endógenos.

Os corticosteróides endógenos são hormônios produzidos pelo córtex supra-renal, estes hormônios são divididos em glicocorticóides, mineralocorticóides e hormônios sexuais supra-renais. Os GCs incluem o cortisol, a corticosterona e a cortisona e são secretados ciclicamente. Sua indicação se dá em processos metabólicos, inflamatórios e imunes. Os mineralocorticóides representados pela aldosterona desempenham papel fundamental na manutenção do equilíbrio hidroeletrolítico. Os hormônios sexuais supra-renais têm pequenos efeitos sobre a função normal do corpo. (ABRAMS, 2006, p. 336).

Os corticosteróides exógenos ou drogas glicocorticóides são fármacos utilizados para reposição hormonal ou tratamento de diversos distúrbios.

Os GCs são utilizados com maior frequência como anti-inflamatórios, imunossuppressores, antialérgicos e antiestresse. Já os efeitos mineralocorticóides e androgênicos geralmente são considerados reações adversas. (ABRAMS, 2006, p. 338).

Segundo Abrams (2006, p. 339), a corticoterapia é caracterizada como uma terapia paliativa, ou seja, controla os sintomas, mas não cura o processo patológico subjacente, a doença pode continuar a progredir, e o uso prolongado dos corticosteróides inevitavelmente causam efeitos adversos graves.

Os pacientes submetidos à corticoterapia devem ser avaliados cuidadosamente quanto ao possível aparecimento de outras patologias.

Katzung (2005, p. 545), relata algumas complicações associadas à corticoterapia, tais como o desenvolvimento de hiperglicemia, glicosúria, hipertensão arterial ou a retenção de sódio com edema, hipocalcemia, úlcera péptica, osteoporose e infecções agudas. Mesmo com a dosagem baixa há casos em que o paciente necessita de terapia suplementar, devido a situações de estresse, como ocorre em cirurgias, acidentes e doenças intercorrentes.

Em casos de contra-indicação, Katzung (2005, p. 545), afirma que os portadores de doenças como úlcera péptica, cardiopatias, hipertensão arterial, diabete, psicose, osteoporose, glaucoma e certas doenças infecciosas como a varicela e a tuberculose, devem ser submetidos a esta terapia somente em último caso, quando nenhum outro medicamento ou procedimento proporcione o efeito desejado.

A monitorização adequada do paciente associado ao esquema de dose baixa ou administração intermitente, quando possível, permite a redução das complicações causadas pela corticoterapia. Em situações que seja contra-indicado o trata-

mento com corticosteróides, mas que o uso deste seja realmente necessário, é imprescindível o acompanhamento rigoroso de um médico e uma administração cautelosa deste fármaco.

Os GCs provocam diversos efeitos indesejáveis atingindo quase todos os órgãos do corpo, estes efeitos geralmente são relacionados ao uso de drogas de ação prolongada e à duração do tratamento.

Segundo Silva (2006, p. 831), os efeitos indesejáveis dos corticosteróides dependem basicamente da dose utilizada e da duração do tratamento, sendo que em casos de reposição fisiológica, quase não há manifestação de efeitos adversos, mas à medida que a dosagem aumenta as reações se intensificam.

A ocorrência dos efeitos colaterais pode ser favorecida nos casos em que o paciente apresenta fatores próprios que aumentam as chances do aparecimento dos efeitos colaterais deste fármaco. Idosos e crianças muitas vezes são portadores de condições que pioram com a utilização dos GCs, tais como a intolerância a glicose, fraqueza muscular, a menor concentração de proteínas plasmáticas, dentre outras (SILVA, 2006, p. 831).

Longui (2007), destaca a seguir os principais efeitos colaterais da corticoterapia, são eles:

Alterações da distribuição de gordura, distúrbios no sistema músculo-esquelético, disfunção hipofisária, manifestações cutâneas, alterações nos sistemas endócrino-metabólico, gastrointestinal, oftalmológico hematopoiético e imunológico, alterações psiquiátricas

e neurológicas, disfunção no sistema renal e cardiovascular, incluindo a hipertensão arterial.

A partir das reações adversas apresentadas, constata-se que o consumo deste fármaco pode causar várias alterações no organismo, deste modo é conveniente avaliar os prós e contras desta terapia, instituindo constantes avaliações do paciente na tentativa de minimizar os efeitos colaterais e verificar a eficácia do tratamento.

O objetivo da corticoterapia geralmente é reduzir os sintomas a um nível tolerável. A supressão total dos sintomas pode exigir doses excessivamente altas e causar demasiados efeitos adversos.

Deste modo, observa-se os fatores de risco-benefício. Diante de uma situação de estresse, a administração de GCs irá beneficiar o paciente, porém haverá aumento da pressão arterial para que este efeito desejado seja alcançado. Em casos onde o paciente seja hipertenso, este benefício se tornará um risco, devido ao aumento da PA.

Abrams, (2006, p. 345) afirma que:

Como os corticóides podem causar reações adversas graves, as indicações de seu uso devem ser as mais explícitas possíveis. São relativamente seguros para tratamento de curto prazo dos distúrbios autolimitantes, como reações alérgicas ou exacerbações agudas de distúrbios crônicos. O uso prolongado de doses farmacológicas causa reações adversas. Por essa razão, a corticoterapia prolongada deve ser reservada para distúrbios com risco de vida

ou sintomas graves e incapacitantes que não respondem ao tratamento com drogas mais benignas ou outras medidas.

Como foi relatado ao longo deste artigo, os GCs possuem uma ampla lista de efeitos adversos. Diante disto, é necessário avaliar a melhor terapia a ser estabelecida. Analisando a real necessidade do uso de GCs, deve-se avaliar a duração do tratamento, a via de administração, objetivando a redução dos efeitos colaterais da corticoterapia.

2.1 Corticoterapia em crianças

A corticoterapia em crianças é usada para os mesmos distúrbios que em adultos, sendo um uso comum o tratamento da asma. Abrams (2006, p. 351) ressalta que uma importante preocupação com as crianças é o retardo do crescimento, que pode ocorrer como efeito colateral, mesmo que em pequenas doses e por via inalatória.

Assim é importante que os profissionais de saúde e os pais da criança estejam atentos à estatura e peso da mesma, visto que os efeitos indesejáveis que a corticoterapia causa em crianças inclui a baixa estatura e o aumento do peso. Sendo assim, embora os corticosteróides sejam altamente efetivos do ponto de vista terapêutico, também podem ser muito perigosos. As dosagens desses medicamentos são frequentemente alteradas para se adequarem ao tratamento. Isso exige que os pacientes sejam rigorosamente observados, para que a dose seja reduzida quando possível, controlando assim os efeitos

colaterais. O enfermeiro tem papel fundamental neste tratamento através da consulta de enfermagem pediátrica, onde o mesmo poderá avaliar a evolução do tratamento e o surgimento de alguns efeitos colaterais, tais como a hipertensão arterial infantil.

3. Consulta de enfermagem pediátrica

A consulta de enfermagem pediátrica é uma atividade exclusiva do enfermeiro e consiste na aplicação do processo de enfermagem às crianças. A entrevista, coleta de dados, exame físico, diagnóstico e intervenção de enfermagem, como a prescrição de enfermagem, planejamento e implementação dos cuidados e a orientação das ações relativas aos problemas detectados, compõem esta consulta. A consulta de enfermagem está contemplada na lei do exercício profissional nº 7.498/86, artigo 11, inciso I (OLIVEIRA; CADETE, 2007, p. 78).

Ao iniciar a consulta de enfermagem, o enfermeiro deve começar pela entrevista direcionada à mãe ou responsável pela criança. A entrevista proporciona uma maior aproximação entre profissional e cliente, além de fornecer os dados necessários, tais como a realização do pré-natal, intercorrências gestacionais, parto, história pregressa e atual da saúde da criança e dos familiares e causa pela qual a mãe procurou o serviço de saúde. Além disso, é importante levantar informações relacionadas à alimentação, imunização, sono, lazer e relacionamento familiar da criança.

Para complementação da entrevista, o enfermeiro deve realizar um minucioso exame físico céfalo-caudal, abrangendo os procedimentos de inspeção, palpação, ausculta e percussão dos órgãos. Além disso, deve-se realizar medida de altura e peso com roupas leves e sem sapatos, medida da circunferência da cintura e quadril e cálculo do índice de massa corporal. Não menos importante, é a verificação dos sinais vitais, como a temperatura, pulso, respiração e pressão arterial, sendo esta última de suma importância na detecção da hipertensão arterial infantil.

O diagnóstico de enfermagem é concluído a partir da associação da entrevista e do exame físico, sendo possível detectar alguma patologia e avaliar o desenvolvimento da criança. O profissional precisa estar preparado para fazer as devidas intervenções, se necessário, e em casos mais graves fazer o encaminhamento para tratamento especializado.

Ainda de acordo com Oliveira e Cadete (2007, p.78), uma atenção maior do sistema de saúde é dispensada ao grupo infantil, visto que é na infância que ocorrem as maiores modificações físicas e psicológicas e a vulnerabilidade aos agravos à saúde são mais recorrentes.

O enfermeiro está intimamente envolvido no diagnóstico, tratamento e reabilitação da criança, este é responsável pela elaboração dos planos de cuidados específicos à patologia encontrada. A equipe de enfermagem permanece em maior contato com o paciente, sendo assim são eles os responsáveis pela vigilância do correto cumprimento das orientações, obser-

vação de evolução e surgimento de sintomas. Além de participarem de programas educativos com os pacientes e familiares.

Diante disto, é relevante que a consulta de enfermagem contribui para o crescimento e desenvolvimento infantil, promovendo a saúde e a prevenindo doenças e agravos.

3.1 Técnica para aferição da PA em crianças

Segundo as V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (BRASIL, 2006, p. 7): “A medida da pressão arterial deve ser realizada em toda avaliação de saúde, por médicos das diferentes especialidades e demais profissionais de saúde, todos devidamente treinados”.

A aferição da PA em crianças ainda não é hábito nas consultas pediátricas, a falta de atenção, treinamento e instrumentos adequados ainda são fatores que interferem neste tipo de cuidado à saúde da criança. O descuido com este importante procedimento pode culminar em danos sistêmicos à saúde infantil, devido ao atraso no diagnóstico e tratamento de uma possível hipertensão arterial.

A apuração do diagnóstico de HA depende exclusivamente da adequada aferição da PA.

Na concepção de Santos *et al* (2003, p. 178), o método de escolha da aferição da PA em crianças e adolescentes é preferencialmente o da ausculta. A correta técnica de medição da PA inicia-se com a escolha do manguito adequado ao braço do paciente, sendo recomendado que a largura da bolsa inflável do manguito seja em torno de 40% da circunferência do braço

e seu comprimento deve envolver 80% a 100% do braço. É importante destacar que em casos de nenhum manqueto ter o tamanho adequado ao braço do paciente, deve-se optar pelo maior, pois o manguto maior usualmente não mascara uma hipertensão existente, mas um manguto pequeno pode superestimar o valor da PA.

O uso de um manguto incorreto é um dos principais fatores de erros na aferição da PA infantil. Além das braçadeiras de adulto, existem três tipos de braçadeiras pediátricas, conforme tabela 1.

Tabela 1. Dimensões da bolsa de borracha para diferentes circunferências de braço em crianças e adultos (D)

Denominação do manguto	Circunferência do braço (cm)	Bolsa de borracha	
		Largura	Comprimento
Recém-nascido	10	4	8
Criança	11 – 15	6	12
Infantil	16 – 22	9	18
Adulto pequeno	20 – 26	10	17
Adulto	27 – 34	12	23
Adulto grande	35 – 45	16	32

Fonte: V *Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial* (BRASIL, 2006, p. 8).

Além da cautela com a adequação do manguto, o enfermeiro deve atentar-se para o estado físico e emocional da criança, ou seja, se ela fez exercício físico anteriormente à aferição ou se está inquieta e chorando.

A PA deve ser aferida preferencialmente com a criança calma e tranquila, em ambiente agradável, após 5 a 10 minutos de repouso, na posição sentada e com o braço direito estendido na altura do coração. Colocar o manguito firmemente cerca de 2 a 3cm acima da fossa antecubital, centralizando a bolsa de borracha sobre a artéria braquial. O estetoscópio é colocado, então, sobre a artéria braquial, insufla-se o manguito até 30 mmHg acima do desaparecimento do pulso radial e se esvazia mais lentamente, 2-3 mmHg/segundo. Na ausculta dos ruídos de Korotkoff, padronizou-se o primeiro som (aparecimento do som) como pressão sistólica e o quinto som (desaparecimento dos sons) para a pressão diastólica (SALGADO; CARVALHAES, 2003, p.117).

Ainda sob as afirmações de Salgado e Carvalhaes (2003, p. 117), é observado que: somente uma medida da PA não é suficiente para classificar a pressão arterial em crianças e adolescentes, é necessário pelo menos duas medidas para obter esta classificação. Diante disso, o enfermeiro deve comparar os valores obtidos durante a medida da PA com os valores de referência determinados pela atualização de 1996 da Força Tarefa de 1987, que definem os valores da PA segundo o sexo, idade e o percentil de estatura. Os valores de referência são:

Pressão normal: pressão sistólica e diastólica abaixo do percentil 90;

Pressão normal-alta ou limítrofe: pressão arterial sistólica ou diastólica entre o percentil 90 e 95;

Hipertensão arterial: pressão arterial sistólica ou diastólica acima do percentil 95, medida em três ocasiões diferentes;

Hipertensão arterial do jaleco branco: hipertensão arterial no consultório, que não é confirmada através das medidas na monitorização ambulatorial da pressão arterial (MAPA) (SALGADO; CARVALHAES, 2003, p.117).

Deste modo, é relevante que o enfermeiro saiba aferir com discernimento a PA em adultos e crianças e avalie a PA da criança pelo menos duas vezes, antes de classificar os valores obtidos.

3.2 A importância da verificação da PA em crianças como diagnóstico para hipertensão arterial

A verificação da PA em crianças é essencial no diagnóstico de hipertensão arterial. Além dessa medida, o enfermeiro deve investigar fatores que podem estar envolvidos no aumento da PA, conforme citado anteriormente sobre a necessidade da entrevista aos pais ou responsáveis pela criança durante a consulta de enfermagem.

“Os fatores que podem estar envolvidos são a dieta pobre em proteínas durante a gestação, o sistema renina-angiotensina e os glicocorticóides” (SALGADO; CARVALHAES, 2003, p.118).

Ao diagnosticar a HA infantil, deve-se iniciar a investigação etiológica e atentar-se para a idade da criança, pois quanto menor a idade e maiores os níveis da PA, aumenta-se a chance da HA ser secundária. Deste modo, a investigação deve ser minuciosa (SALGADO; CARVALHAES, 2003, p.120).

A investigação da HA torna-se essencial para detectar o tipo de hipertensão, caso ela seja secundária, o enfermeiro colhe dados do paciente através da história clínica e do exame físico.

Salgado e Carvalhaes (2006, p. 120), destacam alguns pontos importantes a serem questionados durante o levantamento da história clínica e o exame físico da criança com a finalidade de se detectar a hipertensão arterial. São eles:

História pré-natal e do parto; sintomatologia da hipertensão, doenças renais ou urológicas atuais ou pregressas; história familiar de hipertensão essencial e suas complicações, ou doença genética associada a hipertensão secundária; sintomas sugestivos de causa endócrina e uso de medicamentos, como corticóides. No exame físico, realiza-se a medida da pressão arterial em membros superiores e inferiores e a palpação cuidadosa de pulsos nas quatro extremidades; presença de genitália ambígua; sinais físicos sugestivos de doença genética; sinais de causa endócrina e de doença renal ou cardiovascular.

A partir da concretização do diagnóstico de HA secundária e definição da causa etiológica desta patologia, o enfermeiro poderá intervir através do planejamento e posteriormente da instituição do plano de assistência de enfermagem.

3.3 Assistência de enfermagem à criança portadora de hipertensão arterial secundária à corticoterapia

Sendo a HA secundária à corticoterapia, o enfermeiro dará início à realização do seu plano de assistência, conside-

rando uma combinação de intervenções não-farmacológicas, e caso necessário solicitar o auxílio de um pediatra para instituir métodos farmacológicos para o tratamento da causa base da HA.

Conforme nos aponta Salgado e Carvalhaes (2003, p.121), o tratamento da HA secundária deve incluir medidas tanto farmacológicas quanto não farmacológicas com vistas a reduzir a PA abaixo do percentil 90, prevenindo assim, complicações tardias da HA.

Como já abordado, a corticoterapia provoca inúmeros efeitos colaterais, dentre eles a hipertensão arterial. Sendo assim, o enfermeiro deve investigar alguns fatores que interferem nos efeitos colaterais, a fim de traçar um plano de cuidados para o paciente.

Segundo Damiani *et al* (2001, p. 77), os fatores que interferem nos efeitos colaterais da corticoterapia são:

Tipo de preparação a ser utilizada; via de administração; dose; esquema de administração (contínuo x dias alternados); tempo de uso; idade e sexo do paciente; doença de base para a qual se indica a terapêutica GC (...)

É essencial que o enfermeiro instrua o paciente e os pais ou responsável quanto à importância na mudança do estilo de vida, como alimentação, exercícios físicos, peso e os cuidados com a administração da corticoterapia. Essas orientações fazem parte do tratamento não-farmacológico, cujo principal responsável pela elaboração é o enfermeiro.

Primeiramente deve-se orientar aos pais e responsáveis pela criança quanto à corticoterapia, informando a gravidade de seus efeitos colaterais e a necessidade de seguir corretamente a prescrição médica. Salientar que os medicamentos devem ser administrados nos horários e dosagens corretas, a fim de evitar intercorrências durante o tratamento.

Além disso, o enfermeiro deve participar os pais sobre os cuidados com relação à alimentação da criança. De acordo com Abrams (2006, p. 345), alimentos ricos em potássio, proteínas, cálcio, vitamina C e D e a restrição de sal, auxiliam a evitar alguns efeitos colaterais da corticoterapia.

A cautela com a alimentação também é uma opção de tratamento a ser explorada para manter o controle da PA, visto que a dieta apropriada é um importante aliado ao controle da PA.

Quanto ao tratamento farmacológico, Wong (2005, p. 795), afirma que:

O tratamento medicamentoso deve ser instituído com cautela nas crianças com elevação significativa da PA resistente à intervenção não-farmacológica. O tratamento deve começar com um agente medicamentoso e deve somar outros agentes somente se não for alcançado um controle. A aderência aos esquemas medicamentosos anti-hipertensivos é extremamente difícil.

Diante disto, o pediatra deve estar atento às interações medicamentosas que podem ocorrer devido à administração de drogas anti-hipertensivas concomitantemente à corticoterapia.

Por sua vez, o enfermeiro deverá incluir em seu plano de cuidados a educação continuada para a compreensão da patologia, visto que a orientação à família quanto às implicações da doença ao longo da vida é essencial para a aderência ao tratamento, seja farmacológico ou não-farmacológico.

Assim sendo, deixa-se de registrar muitos hipertensos pelo fato da verificação da PA ainda não ser um hábito nas consultas pediátricas. Porém, cabe ao enfermeiro mudar essa realidade, visto que a enfermagem vem conquistando o seu espaço a cada dia, e sendo o enfermeiro o profissional mais acessível à população é de responsabilidade dele realizar este procedimento em suas consultas e orientar à população quanto à importância dessa medida.

Considerações Finais

Os corticóides, assim como inúmeros outros medicamentos apresentam grandes vantagens de utilização para a cura de diversas enfermidades.

Os corticóides, em especial, são amplamente utilizados, como visto durante nossa exposição, pois se aplicam a tratar diferentes doenças inflamatórias, sendo bem aceitos na terapêutica infantil, por se apresentar sob diversas formas, e serem aplicados por diferentes vias. É importante que se ressalte alguns efeitos adversos importantes como a elevação da pressão arterial que, em função de tratamentos mais prolongados pode causar na criança uma hipertensão arterial secundária. Contu-

do, esse paciente pode ainda necessitar de tratamento à base de corticóide.

Assim, como discurremos, faz-se de extrema importância o monitoramento da pressão arterial, tanto no início da corticoterapia em crianças com pressão normal, como em crianças já diagnosticadas como hipertensas e que necessitam da terapia com tais medicamentos.

Cabe à equipe de enfermagem pediátrica a responsabilidade por esse monitoramento e controle, e aviso ao médico responsável por qualquer alteração que possa vir a ocorrer com o paciente durante a terapia.

Referências

ABRAMS, Anne C. *Farmacoterapia clínica: princípios para a prática de enfermagem*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, p. 1-53, 2006.

DAMIANI, Durval. *et al.* Corticoterapia e suas repercussões: a relação custo-benefício. *Revista Pediatria*, São Paulo, (1): p. 71-82, 2001.

FUJIMURA, Maria Danisi. Hipertensão arterial na infância. *Revista Pediatria*, São Paulo, (5): p. 205-13, 1983.

KATZUNG, Bertram G. *Farmacologia básica e clínica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LONGUI, Carlos Alberto. Corticoterapia: minimizando efeitos colaterais. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, (83) 5: p. 163-171, nov. 2007.

OLIVEIRA, V. C; CADETE, M. M. M. A consulta de enfermagem no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, 11(1): p. 77-80, jan/mar, 2007.

SALGADO, Cláudia M., CARVALHAES, João T. A. Hipertensão arterial na infância. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, 79(1): p. 115-24, 2003.

SANTOS, Antônio Augusto C., *et al.* O diagnóstico da hipertensão arterial na criança e no adolescente. *Pediatria*, São Paulo, 25(4): p. 174-83, 2003.

SILVA, Penildon. *Farmacologia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara: Koogan, 2006.

SMELTZER, Suzanne C., BARE, Brenda G. *Brunner e Suddarth Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 10. ed. V. 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SMELTZER, Suzanne C., BARE, Brenda G. *Brunner e Suddarth Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 10. ed. V. 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

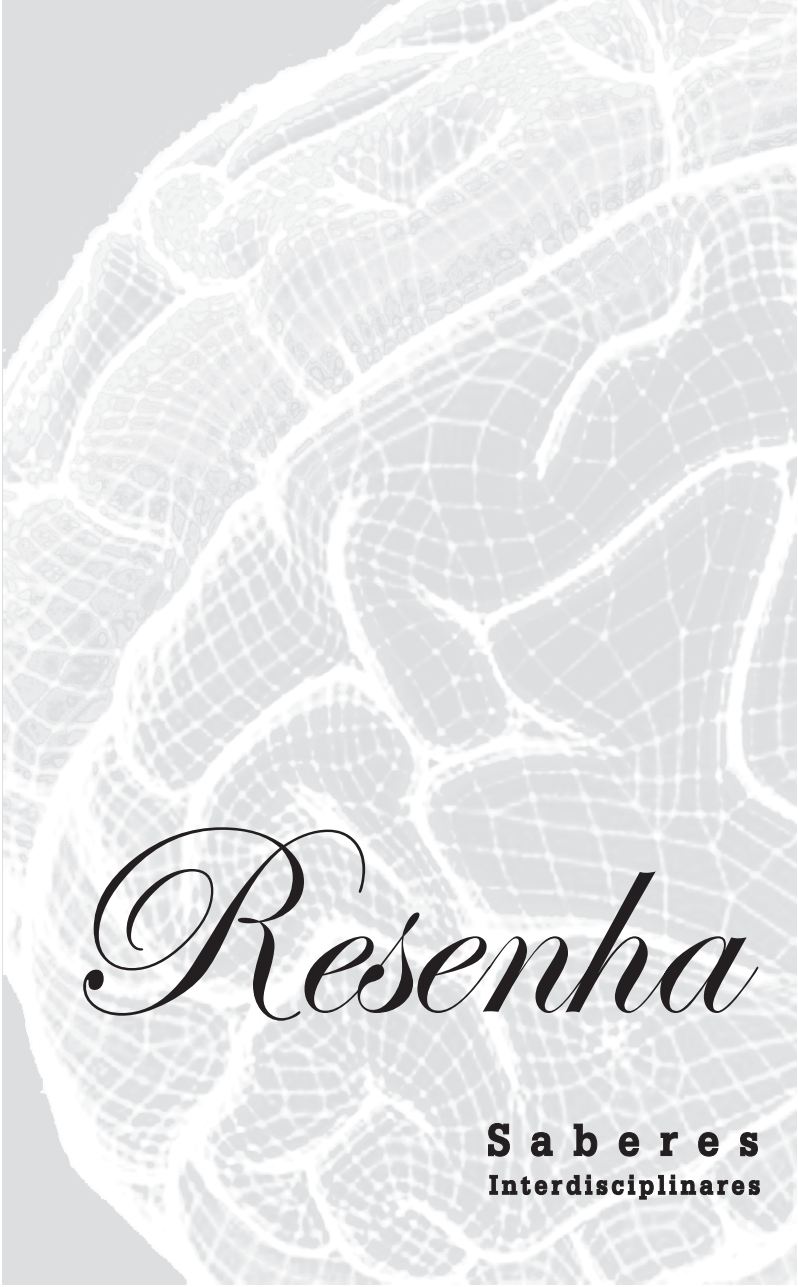
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. *V Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial*. São Paulo, fev. 2006, p. 5-43.

WONG, Donna L. *Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005

The importance of blood pressure measurement during nursing appointment of children in treatment with corticoids: conceptual approach

Abstract: It is known that blood pressure increase is one of the collateral effects of corticoids, and the early detection of this medical condition depends on a simple procedure: blood pressure measurement during pediatric nursing appointment. This paper aims at emphasizing the importance of blood pressure measurement during nursing appointment of children in treatment with corticoids. Our study attempts to (1) introduce the method we regard as adequate to effectively detect infantile arterial hypertension; (2) establish a relationship between corticotherapy and blood pressure increase; and (3) emphasize the importance of nursing appointment and blood pressure measurement of children. This bibliographical study involves reading, careful examination and interpretation of books and articles by means of which it was possible to explain our study. This is due to the fact that bibliographical research aims at approaching different scientific perspectives available on a particular topic.

Keywords: Hypertension – Use of Drugs – Pediatric Nursing



Resenha

S a b e r e s
Interdisciplinares

Português Padrão X Português não padrão

Livia da Silva Paiva¹

Graduanda em pedagogia – IPTAN

E-mail: liviaspaiva@gmail.com

Data de recepção: 20/03/2014

Data de aprovação: 03/08/2014

Referência: BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

O livro *A língua de Eulália* inicia-se com a chegada de Vera, 21 anos, estudante de Letras; Silvia, também 21 anos, estudante de Psicologia, e Emília, 19 anos, que estuda Pedagogia, à cidade de Atibaia, na casa de Irene, tia de Vera, que é uma linguísta, a fim de descansarem alguns dias de férias da faculdade e da corrida vida de professoras do curso primário em São Paulo.

Assim que chegam, as garotas acham muito engraçado e diferente o modo como Eulália, empregada de Irene, fala. A partir desse momento, Irene tenta explicar às garotas que o modo de falar de Eulália não é errado, mas sim diferente. Eulália, por ser uma pessoa simples do interior, usa o português não padrão, despertando a curiosidade das universitárias em relação à língua portuguesa e suas variedades.

1. Trabalho realizado sob orientação do Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza, na disciplina Leitura e Produção Textual, no curso de Pedagogia do IPTAN.

Graças a essa curiosidade, Irene resolve explicar para as garotas as variações da língua portuguesa. Propõe, assim, aulas diárias durante sua estada para discutirem o assunto e também para, de uma forma indireta, ajudarem a desenvolver o livro que está escrevendo.

A partir daí, começa uma série de intervenções de Irene sobre as variedades do português. Ela começa explicar, a partir da fala de Eulália, que há muitas diferenças no modo de falar. Explica às garotas que toda língua varia. Essas variações são fonéticas, lexicais e semânticas, que se modificam conforme a situação financeira, geográfica, cor, sexo, nível social e grau de instrução da pessoa e que toda língua, além de variar geograficamente, também muda com o tempo. Frisando aí a existência da chamada norma padrão: regras que regem a língua ensinada na escola e, de acordo com quem a utiliza, ganho prestígio social e de status, desprezando todas as outras formas de falar e escrever. Essas formas são consideradas erradas, e as pessoas que as falam sofrem preconceitos e gozações.

Ao decorrer da aula, a professora Irene introduz a matéria mostrando a suas alunas que o português chegou ao Brasil durante o período de nossa colonização, começando pelo Nordeste e chegando ao Sudeste. Durante esse percurso, foi sofrendo grandes mudanças, não tendo uma unidade linguística do Brasil, daí começou o chamado português não padrão, que são as formas que fogem da norma padrão. Irene, então, define PP como português padrão e PNP como português não padrão

e propõe que o estudo seja focado em cima das diferenças entre eles.

Com bastante propriedade, o livro mostra que o português padrão vem do latim vulgar, língua falada na Península Ibérica. Portanto, sem nenhum tipo de norma que o defina. Durante a aula, Irene mostra que as pessoas não falam errado, mas sim diferente. Por exemplo, quem fala broco em vez de bloco, utiliza-se da rotacização do L nos encontros consonantais, que consiste na troca do L pelo R após uma consoante, prática muito usada entre os falantes do PNP. Esse fenômeno tem explicação na origem de algumas palavras que vieram do latim e que sofreram esse tipo de transformação ao passarem pelo francês, pelo espanhol, até chegar ao português. A professora usa de exemplos, alguns versos de *Os Lusíadas*, de Camões, onde o grande poeta escreve frauta, frechas, pruma, pubrica, ingrês e que ninguém debochou dele como fazem com os que falam o PNP.

Em seguida, Irene trata da eliminação das marcas de plural redundante. Ela mostra que a tendência do falante do PNP é pluralizar apenas o primeiro elemento de uma frase. Exemplo, não tem necessidade de dizer as lindas flores vermelhas que nasceram. Basta escrever o plural na primeira palavra: as linda flor vermelha que nasceu. Assim, já se entende que se trata de mais de uma flor.

Todas essas variedades da língua têm recursos linguísticos para poder se comunicar. Nas aulas, durante as férias, vários conceitos foram abordados, como: o mito da língua ho-

mogênea, que existe e deve ser respeitado, pois é apenas um modo diferente de se falar a mesma língua, que é o PNP, que tem uma explicação científica e lógica.

O livro busca sempre comparar o português padrão com o não padrão para mostrar que há mais semelhanças do que diferenças entre eles. Percebe-se que os falantes da norma não padrão têm dificuldade de aprender a norma padrão porque o PNP é aprendido naturalmente, já o PP requer aprendizado e, como a maioria dessas pessoas são de classe baixa, abandonam ou nem frequentam a escola, sendo discriminadas. E, quando vão para escola, passam por muitas dificuldades para aprender. Até o próprio professor tem a sensação de estar tentando ensinar alguma coisa a quem nunca vai conseguir aprender. A escola não reconhece a existência das variedades da língua portuguesa e tenta, a qualquer custo, impor a norma padrão sem procurar saber em que medida ela é praticada.

Outro assunto tratado durante as aulas é a transformação de LH em I, em que o PNP encontra justificativa no espanhol, também de origem latina. Por exemplo, enquanto o PP diz trabalho, batalha, colhe e orelha, o PNP simplifica e diz trabaio, bataia, coi e oria. Tendo explicação, também, dentro da própria língua o som LHÊ que é produzido no palato, muito perto de onde se produz a semivogal /y/, de pai, por exemplo. Daí a comodidade dessa transformação.

Irene também usa a história da língua na tentativa de diferenciar suas aulas e de mostrar que a língua portuguesa

continua em transformação. Com isso, destaca a importância do português não padrão pois ele consegue diminuir as regras gramaticais, tornando-as mais simples. Isso ocorre frequentemente com o uso de concordância, plural e conjugação verbal, simplificação das conjunções verbais, assimilação e transformação de ND em N e de MB em M. Tal fato se explica porque essas consoantes são dentais e o som de uma está muito próximo da outra. Além disso, há também a redução do ditongo OU em O, exemplo poco (pouco), EI em E, exemplo bejo (beijo), E e O átonos pretônicos, exemplo bibida (bebida). Há também a contração das proparoxítonas em paroxítonas, que tem um ritmo paroxítono, já que palavras proparoxítonas em Latim passaram a ser paroxítonas também no português padrão, exemplo arvre (árvore)

Irene disfarça ainda a desnalização de vogais postônicas, que ocorre na norma padrão e não padrão, caracteriza-se por eliminar o som nasal das vogais que estão depois da sílaba tônica, o que é natural da língua. Exemplo: home (homem); arcaísmo que surgiu devido ao português arcaico ter sido ensinado no Brasil, permanecendo ainda em regiões afastadas, exemplo: escuitar (escutar).

Entre tantas explicações e esclarecimentos, percebe-se que hoje em dia o ensino de português nas escolas é algo problemático, pois se ensina como se a gramática fosse uma coisa complicada, misteriosa, desprezando-se o gosto do aluno pela aprendizagem da prática da língua. É aí que entra a diferença entre ensinar de fora para dentro e educar de dentro para fora.

Em uma manhã, ao se levantarem, durante o café, as estudantes encontram perto de suas xícaras vários bilhetes com frases construídas com a partícula “se”, para que pudessem ir pensando uma maneira diferente de adiantar o assunto da aula. Mais tarde, Irene vai explicar a função da partícula “se” como verdadeiro sujeito de oração. Ela começa mostrando que em frases como: nessa padaria se comem uns pãezinhos ótimos, ocorre à concordância verbal sugerida pela norma padrão. Porém, ela questiona, mostrando que pode ser entendido que os pãezinhos se comem uns aos outros, interpretação sem coerência. Por isso, ela explica que frases assim deveriam ser construídas com o verbo no singular, para evitar essa interpretação ambígua. O certo seria: “nessa padaria se come alguns pãezinhos”, pois o sujeito dessa oração é o pronome “se” que concorda com o verbo. Ela confirma que há três explicações para classificar o pronome “se”, como sujeito: sintática, semântica e pragmática.

É importante lembrar que durante as aulas, Irene também fala sobre fenômenos decorrentes de analogias e explica que, segundo o PP, há uma mudança na pronúncia de algumas palavras idênticas, que pertencem a diferentes classes gramaticais, que é o caso de o almoço e eu almoço. No primeiro caso, fala-se “almoço” e no segundo “almoço”. Isso causou trocas fonéticas em algumas palavras, por simples analogia, não aceitas pelo PP: eu “estóro”, eu “póso”, eu “róbo”. Além disso, os participios irregulares, aceitos pelo PP em alguns casos e não

aceitos em outros, como dizido, escrevido, fazido, têm analogia com verbos da mesma terminação

Em um segundo momento, Irene, que também é Doutora em Linguística, chama a atenção das estudantes para que reflitam se realmente a língua que se fala no Brasil é o português, já que os brasileiros não compreendem o português do século XII nem o português falado em Portugal. A conclusão a que chega é que o “português” não existe, por ser um conjunto de idiomas e dialetos, totalmente variáveis. O que existe na verdade são variações do português, por causa das diferentes regiões e do português que é falado com sotaques e características muito próprias. Entretanto, a norma padrão é uma só e deve ser seguida em todo o país. Enquanto o PP é aprendido nas escolas e é usado na linguagem escrita, o PNP é passado de geração a geração, oralmente e se trata de uma linguagem mais do dia a dia, eliminando as regras desnecessárias. Por outro lado, o PP é muitas vezes necessário e conservador.

Ao decorrer as férias, em mais um dia de aula, as garotas vão aprender o uso do mim nas frases, que é tão criticado pelo PP. Ela mostra que na frase “Marcos trouxe um monte de cadernos para mim escolher”, ocorre um fenômeno chamado de braquilogia, pois, ao usar o pronome “mim”, que é tônico, no lugar do pronome “eu” que é átono, o falante está dando ênfase a seu enunciado. Quem ganha é aquele que chega primeiro, relembrando a regra que diz: depois de preposição, pronome oblíquo. Essa regra vem primeira do que a regra que diz: na

função de sujeito de um verbo, deve figurar um pronome reto. Isso também acontece nas frases do tipo: “deixe-me ver isso”, dita assim pelo PNP: “deixa eu ver isso”. Não há coerência, pois ambos pertencem à mesma classe gramatical: pronome oblíquo, desmistificando mais uma vez os preconceitos que envolvem o nosso português.

Depois de tantas aulas produtivas e esclarecedoras, o dia da partida se aproximava com o fim das férias. Então, Irene propõe que antes de irem embora, elas façam uma avaliação para ver se elas realmente aprenderam. Entrega a cada uma das alunas, Silvia, Vera e Emília, uma cópia do poema *Malinculia*, de Antonino Sales, poeta popular, para que elas façam uma análise. O poema é formado somente pelo PNP. As garotas deveriam identificar o que elas aprenderam. Após uma análise detalhada, incluindo até o título, elas descobriram que tudo o que elas aprenderam estava no poema da avaliado. Cada regra e cada modificação do PP e do PNP puderam ser verificadas.

Assim, as universitárias concluíram que a estada na casa de Irene foi muito mais que um passeio. Foram férias produtivas, recheadas de ensinamentos, pois tiveram a oportunidade de aprender muitas coisas sobre o PP, PNP, e também sobre outros idiomas. A renomada e estudiosa professora Irene, satisfeita pelas aulas e por ter passado tanto conhecimento para as estudantes, sente como se tivesse colocado uma semente em cada uma delas para lutarem para que as pessoas se conscientizem de que não existe falar errado, sim, falar diferente e que

as pessoas que falam diferente não devem ser inferiorizadas, humilhadas ou prejudgadas.

Chega assim o dia da partida, durante as emocionadas despedidas, a professora diz as garotas que fará uma dedicatória muito especial às universitárias que, involuntariamente, a ajudaram na construção de seu livro, livro que receberá o título *A Língua de Eulália*, pois foi graças a sua ajudante e amiga, Eulália, que a ideia do livro surgiu e tudo aconteceu.

O livro “*A língua de Eulália*” é uma obra muito interessante, pois o autor consegue abordar temas teóricos de maneira divertida, tornando a leitura muito mais agradável. O autor não fica preso somente à sua teoria, ele cria personagens que envolvem o leitor e, aos poucos, a teoria vai sendo desenrolada. Além disso, o autor destaca que o português padrão, e o português não padrão, não são rivais e que há espaço para os dois no nosso dia a dia. Quem não fala da maneira “certa” não é burro ou ignorante, mas um usuário do português não padrão. Afinal, quem nunca falou dessa forma em casa ou com os amigos. Portanto, não há quem fale errado, mas, sim, diferente. O nosso português é cheio de variações que devem ser entendidas e respeitadas.



Normas para Publicação

S a b e r e s
Interdisciplinares

Normas para publicação na Revista Saberes Interdisciplinares

1. Modalidades das publicações

A revista *Saberes Interdisciplinares* é um periódico científico semestral, destinado à publicação de trabalhos inéditos, de áreas temáticas diversificadas, nas formas de artigos científicos, ensaios e resenhas.

Serão aceitos trabalhos relativos a todos os ramos do saber, escritos de forma acessível, limitando-se ao essencial os aspectos mais técnicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, em sintonia com os cursos existentes no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Almeida Neves e da Universidade Presidente Antônio Carlos em São João del-Rei – MG.

II. Normas para Publicação

Avaliação dos trabalhos: todos os trabalhos encaminhados à *Revista Saberes Interdisciplinares* serão submetidos à aprovação de dois pareceristas ad hoc, que poderão sugerir aos autores eventuais modificações no texto.

Direitos autorais: os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da *Saberes Interdisciplinares*, implicando automaticamente a cessão dos direitos autorais. Os autores receberão dois exemplares da revista em que tiverem seu trabalho publicado.

Encaminhamento dos artigos: os originais deverão ser enviados à *Revista Saberes Interdisciplinares* em duas vias impressas, acompanhadas de disquete ou e-mail com o texto digi-

tado no programa Word for Windows 6.0 ou superior, corpo 12 e fonte Arial, espaçamento 1,5 não ultrapassando a 15 páginas, no formato A4.

Estrutura: os artigos devem obedecer à estrutura convencional do artigo científico, de acordo com a NBR-6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), observando as seguintes normas:

- **Título do artigo** – centralizado no topo da página – deve indicar, resumidamente, o conteúdo do trabalho.
- **Nome do autor** – seguido da titulação, departamento e/ou programa e instituição a que estiver vinculado, com endereço eletrônico.
- **Resumo (NBR-10520)** – apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, localizado antes do texto, na língua original, e em inglês, ao final do texto (Abstract), limitando-se a 250 palavras (mais ou menos dez linhas), com apenas um parágrafo inicial.
- **Palavras-chave** – seleção de palavras e expressões que indiquem o conteúdo do trabalho (também em inglês (*key words*), recomendando-se o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave).
- **Introdução** – deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho, preferencialmente relacionando-o com outros do mesmo campo e apresentando, de forma sucinta, a situação em que se encontra o problema investigado.
- **Numeração progressiva (NBR-6024)** – os títulos das divisões e subdivisões dos artigos devem ser pre-

cedidos de numeração progressiva: 1, 1.1, 2, 2.1 e assim por diante.

- **Citações (NBR-10520)** – as citações formais (transcrição) curtas devem vir inseridas no texto, entre aspas. Citações longas, com mais de três linhas, devem constituir um parágrafo independente, recuado, em espaço 1. A indicação da referência (fonte) de onde foi retirada a citação deve constar de sobrenome do autor, data e página(s). Exemplo (SOUZA, 2006, p. 41-45). A indicação bibliográfica completa deverá constar das referências ao final do trabalho.
- **Siglas e abreviações** – deverão estar seguidas de suas significações, por extenso, na primeira menção no texto.
- **Notas** – as notas explicativas, quando necessárias, devem vir numeradas de acordo com o seu aparecimento e colocadas ao final do texto.
- **Referências (NBR-6023)** – devem estar imediatamente após o texto, em ordem alfabética, contendo as referências completas das obras citadas no artigo. Exemplo:

Artigo consultado de periódico

BARROS, A. T. Cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Tuiuti: ciência e cultura*, Curitiba: s.n, v. 5, n. 1, p. 24-32, mar. 1996.

Livro

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Artigo retirado de jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar.1985. Caderno B, p. 6.